

LUIZ ALEXANDRE DEVEGILI

**AS ESCOLHAS DE HABILITAÇÕES E MERCADOS DE TRABALHO DOS
GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Licenciado em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta

Florianópolis, SC

2017

Devegili, Luiz Alexandre

As escolhas de habilitações e mercados de trabalho dos graduados em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina / Luiz Alexandre Devegili ; orientador, Antonio Alberto Brunetta, 2017.

77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Sociais. 3. Mercado de Trabalho. 4. Habilitação. I. Brunetta, Antonio Alberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Luiz Alexandre Devegili

As escolhas de habilitações e mercados de trabalho dos graduados em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina

Este Trabalho de Graduação foi julgado adequado para a obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2017.

Prof.º Dr.º Tiago Daher Padovezi Borges

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Antônio Alberto Brunetta

Orientador

UFSC

Prof.º Dra.º Marcia da Silva Mazon

UFSC

Prof.º Dr.º Jacques Mick

UFSC

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Nelson e Iracema, pela dedicação, pelo afeto, pela compreensão, pelo incentivo, pela vida, por tudo.

Agradeço às minhas irmãs Karlinne e Kamila por serem parceiras de vida, por sempre me auxiliarem no meu crescimento afetivo e intelectual.

Agradeço à Ana de Meiroz Luchtemberg, pelo consolo nas horas conturbadas, pelo carinho, pelos sorrisos e por acreditar em mim quando nem mesmo eu sabia de minha capacidade.

Agradeço à Heloísa Junges Hackenhaar, cujo nome foi difícil decorar, mas que não me esquecerei, pelo companheirismo oferecido nas primeiras semanas de aula e que permanece até hoje.

Agradeço ao Antonio Alberto Brunetta, que aceitou o desafio de orientar este trabalho, e que com paciência e sabedoria me conduziu até o final, e que serve de inspiração à minha docência.

Agradeço aos amigos, conhecidos no decorrer da graduação e da vida.

Agradeço aos funcionários e professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço à Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, pela formação política e intelectual, por me proporcionar o convívio com camaradas tão combatentes e determinados a transformar a sociedade.

Agradeço ao Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais, CALCS, e os companheiros com quem tive o prazer de conviver e auxiliar a construir esta entidade, por também terem me auxiliado na minha formação política.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo comparar as expectativas profissionais entre os que obtiveram diploma de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais e a inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso na Universidade Federal de Santa Catarina entre os anos de 2012 e 2016. O propósito da abordagem é analisar o perfil dos egressos das duas habilitações para então revelar os fatores levados em conta na tomada de decisão acerca da graduação em Ciências Sociais em conjunto com o panorama do mercado de trabalho desta área de conhecimento após a aprovação da Lei 11.684/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio, e após a reforma curricular implementada em 2007. Para verificar estes fatores foi aplicado um questionário aos egressos do curso entre os anos de 2012 e 2016. Os resultados demonstram que a escolha entre a habilitação de bacharelado e licenciatura e a inserção na área profissional em Ciências Sociais são permeadas por preferências de mercado de trabalho e por fatores socioeconômicos, listadas neste estudo em seis categorias: gênero, idade, relação parental com profissionais da área docente e acadêmica, escolaridade dos pais, concomitância entre trabalho e estudo, autoidentificação político-ideológica.

Palavras-chave: Ciências Sociais, mercado de trabalho, habilitação.

ABSTRACT

This study aims to compare the professional expectations among the people who obtain a licenciante or a bachelor degree in Social Sciences and the insertion in the job market of graduates of the course at the Universidade Federal de Santa Catarina between the years of 2012 and 2016. The objective of the approach is to analyze the profile of the graduates of the two qualifications to then reveal the factors taken into account in the decision making concerning the graduation in Social Sciences as well as the labor market panorama in that area of knowledge after the approval of Law 11684/2008, which makes the classes of Sociology mandatory in High School, and after the curricular reform implemented in 2007. To verify these factors a questionnaire was applied with the graduates of the course between the years of 2012 and 2016. The results demonstrate the choice between the the bachelor and the licenciante degree and the insertion in the professional area in Social Sciences are permeated by market preferences and socioeconomic factors, listed in this study in six categories: gender, age, parental relationship with teachers and academic professionals, parental education level, concomitance of work and study, political-ideological self-identification.

Keywords: Social Sciences, labor market, habilitation.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	INTRODUÇÃO.....	15
3	AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL	16
3.1	História das Ciências Sociais no Brasil.....	16
3.2	As Ciências Sociais na UFSC.....	19
3.3	Mercado de trabalho nas Ciências Sociais.....	22
4	AS EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSC.....	24
4.1	Metodologia.....	24
4.2	Análise de dados.....	28
4.2.1	Gênero.....	28
4.2.2	Idade.....	35
4.2.3	Relação parental com profissionais da área docente e acadêmica.....	38
4.2.4	Escolaridade dos pais.....	40
4.2.5	Concomitância entre trabalho e estudo.....	45
4.2.6	Autoidentificação político-ideológica.....	53
4.2.7	Outros fatores.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO.....	63
	APÊNDICE B: TABELAS DE RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO.....	66

1 APRESENTAÇÃO

Acredito que boa parte dos estudantes universitários passa pela tragédia anunciada que eu passei ao chegar ao final do curso: a decisão do tema de Trabalho de Conclusão. As únicas certezas que eu tinha eram: iria optar pelo Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) e faria algo relacionado com ensino de Ciências Sociais.

Comecei a trajetória deste trabalho indo até a sala da Coordenação de Curso de Ciências Sociais para analisar os temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Trabalhos de Conclusão de Licenciatura (TCL) na esperança de conseguir uma inspiração de tema para o meu trabalho. Talvez se faça necessário observar que, antes disso, eu estava com a ideia de pesquisar sobre a concepção de Base Curricular de Sociologia no Ensino Médio dos professores da Rede Estadual de Ensino na cidade de Florianópolis. Meu objetivo era comparar a base curricular inscrita nos documentos oficiais e o que era efetivamente lecionado pelos professores de Sociologia. Porém, após algumas reflexões, resolvi abandonar a ideia por não encontrar uma viabilidade mínima, tanto teórica quanto empírica, para dar início à pesquisa. Desta forma, na já citada situação de busca de inspirações, eu “estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol”, como cantava Belchior.

Ao me deparar com tantos TCCs e TCLs, resolvi separar em duas pilhas os trabalhos. Em uma pilha os TCLs e ao lado outra pilha com os TCCs. Resolvi usar este método para facilitar a minha busca, pois assim passei a analisar apenas os TCLs, visto que uma das minhas duas certezas era de que eu iria optar por fazer um TCL. Ao terminar de analisar brevemente os TCLs, observei as duas pilhas e percebi que a proporção (pelo menos pela minha impressão visual) era de um TCL a cada dois TCCs, ou seja, a quantidade de TCCs, era aproximadamente o dobro da quantidade de TCLs.

Como optei pela licenciatura, me indaguei por que haveria mais bacharéis no curso do que licenciados, visto que o mercado de trabalho de Ciências Sociais se concentraria na docência. No momento não dei muita atenção a esta observação, mas ao chegar em casa não consegui parar de pensar nisso. Por curiosidade passei a pesquisar e me deparei com o estudo feito por Mick et al (2012) sobre o perfil dos egressos do curso de Ciências Sociais da UFSC formados entre os anos de 2000 e 2009, e tomei conhecimento de que a maioria dos egressos possuía o bacharelado como habilitação (dos egressos, 40,5% são bacharéis, 31,8% possuem

licenciatura e 27,7% possuem dupla habilitação) e que 42,5% dos egressos nunca havia trabalhado na área.

Minha concepção era de que a licenciatura possuiria maior inserção no mercado de trabalho que o bacharelado, e esta percepção estava embasada na alta demanda de cientistas sociais para lecionar Sociologia no Ensino Médio, visto que, nacionalmente, apenas 12% dos professores de Sociologia do Ensino Médio possuem formação na área¹.

Por isso, me indaguei: por que os egressos optaram por bacharelado ao invés de optarem por licenciatura se há um número considerável de egressos que não se inseriu no mercado de trabalho de Ciências Sociais? Será que a licenciatura possui um grau de inserção no mercado de trabalho maior que o bacharelado? Quais são as motivações profissionais dos egressos em Ciências Sociais da UFSC? Haveria fatores socioeconômicos que influenciam a escolha entre bacharelado e licenciatura?

Com esses apontamentos, comecei a esboçar o esqueleto deste trabalho. Uma das primeiras decisões foi aplicar um questionário aos egressos, pois facilitaria tanto o tratamento de dados quanto garantiria a abrangência dos resultados. Outra decisão inicial foram os eixos de análise: gênero, idade, relação parental com profissionais da área docente e acadêmica, escolaridade dos pais, concomitância entre trabalho e estudo, autoidentificação político-ideológica. Estes eixos foram escolhidos a partir das minhas percepções sobre o curso. Por exemplo, era evidente que no período noturno a idade média dos alunos era maior que a do período diurno, ou que os colegas de curso que trabalhavam possuíam dificuldades para conciliar trabalho e estudo. Outros eixos escolhidos não eram tão evidentes, como a questão de autoidentificação político-ideológica. Não havia uma relação a “olho nu” entre o posicionamento político dos egressos e suas escolhas acadêmicas e profissionais, porém, este fator parecia estar bem definido entre os estudantes de Ciências Sociais, o que poderia resultar em alguma interferência em outros fatores.

¹ “Sociologia e Filosofia apresentam os piores indicadores. Professores sem a titulação adequada representam 88% e 77% dos docentes nas duas disciplinas, respectivamente.” In: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>. Acessado em 06 de novembro de 2017.

2 INTRODUÇÃO

Os primeiros cursos de Ciências Sociais surgiram no Brasil na década de 1930 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo das décadas seguintes, mais estados brasileiros passaram a oferecer este campo de conhecimento como curso acadêmico, e maior se tornou a sua abrangência no mercado de trabalho. Na Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC, o curso de graduação em Ciências Sociais surgiu na década de 1970, e tem passado por reformas curriculares desde sua criação, a mais recente datada de 2007. A amplitude do mercado de trabalho para as Ciências Sociais foi alterada em 2008 com a aprovação da Lei nº 11.684, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Com as mudanças na trajetória histórica das Ciências Sociais no Brasil e no mercado de trabalho desta área, este estudo tem por objetivo analisar os fatores que interferem na escolha entre a habilitação em bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, tanto aqueles relativos à motivação profissional gerada pelos mercados de trabalho quanto por fatores socioeconômicos. Para a realização desta análise, foram verificados os dados de gênero, idade, relação parental com profissionais da área docente e acadêmica, escolaridade dos pais, concomitância entre trabalho e estudo e autoidentificação político-ideológica entre licenciados e bacharéis em Ciências Sociais, identificando o comportamento tendencial nessas categorias. Além deste perfil social, econômico e político, buscou-se analisar a trajetória acadêmica dos egressos em Ciências Sociais, em particular no que diz respeito à relação entre trabalho e estudo, à renda e aos incentivos à inserção no mercado de trabalho ainda na graduação, e às suas atuais condições de inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais, como a atividade desenvolvida, a empresa/organização contratante, a renda mensal, e as dificuldades enfrentadas nesta inserção.

Para obter informações necessárias para a análise do perfil foi feito um questionário, de preenchimento virtual, destinado aos egressos do curso. Participaram da pesquisa os egressos dos anos de 2012 a 2016. Esta seleção foi feita com o intuito de obter respostas apenas dos egressos que cursaram o currículo estabelecido em 2007, após Reforma Curricular do curso, e daqueles que se formaram depois da promulgação da Lei nº 11.684/2008, que prevê a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio.

3 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

3.1 História das Ciências Sociais no Brasil

Enquanto no Hemisfério Norte as Ciências Sociais já se consolidavam como ciência², instituindo métodos, pesquisas, e uma frente de pesquisadores dispostos a perpetuar uma tradição acadêmica, no Brasil as Ciências Sociais começaram a serem instituídas na década de 1930, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933, em São Paulo; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 1934; e na Universidade do Distrito Federal, em 1935, no Rio de Janeiro.

No início da consolidação acadêmica das Ciências Sociais no Brasil, duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, se colocaram como centros de referência acadêmica na área. Para Miceli (1989), em geral, os cientistas sociais paulistas buscavam o rigor acadêmico, a excelência na pesquisa científica, a imparcialidade frente ao período político turbulento, a consolidação de uma hierarquia acadêmica; enquanto os cientistas sociais cariocas voltavam seus conhecimentos da área para entraves político-partidários, militância política e para a ascensão através de cargos públicos (funcionalismo público) ou políticos.

Para o autor, esta distinção antagônica se deve à origem dos ingressantes nos cursos de Ciências Sociais e ao contexto socioeconômico das duas cidades. São Paulo, cidade de interesses industriais, possuía anseios de interpretação uma realidade de migração campo-cidade, crescimento acelerado da cidade e novos (ou reformulados) problemas sociais, sem contar que, como um dos principais centros econômicos do país, era de grande interesse a interpretação da realidade político-econômica da nação. Os ingressantes nos cursos de Ciências Sociais da capital paulista eram, em grande parcela, mulheres ou filhos de imigrantes, um perfil muito diferente de outros cursos de graduação com carreiras tradicionais, como Medicina e Direito, em que prevaleciam entre os ingressantes homens e filhos da elite paulistana, em sua maioria. Este perfil diferenciado é explicado pois

² A Sociologia, termo cunhado por Augusto Comte (1798-1857) surge na Europa no século XIX e tem como principais teóricos Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1858-1917). A partir de estudos sobre a sociedade, tem origem um novo campo de conhecimento, com métodos e problemáticas próprias. As Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), apesar de se basearem em estudos e autores anteriores ao século XIX, desenvolvem métodos científicos que consolidam a cientificidade da área no século XIX.

O mais provável é que tivessem ingressado em um dos dois cursos de Ciências Sociais abertos na capital paulista por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos e carreiras liberais tradicionais (MICELI, 1989, p. 78-79).

Por sua vez, no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, o interesse nas Ciências Sociais era mais político, a fim de sustentar teoricamente equipes de assessores, analistas, técnicos, tanto do funcionalismo público quanto, principalmente, na arena política. Os ingressantes em Ciências Sociais na capital federal eram, em grande parte, oriundos da elite política, cultural e econômica do Rio de Janeiro.

Fora destes dois centros, as Ciências Sociais se desenvolveram também em outras localidades do país, com maior destaque para a Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, onde se

[...] sucedeu através das escolas superiores tradicionais, ou então por intermédio do trabalho de divulgação exercido por autodidatas. Nesses estados, foram as instituições já estabelecidas do ensino superior que buscaram incorporar as novas disciplinas em sua agenda de preocupações e em seu programa de trabalho, a começar pelo trabalho pelo espaço concedido nos órgãos da imprensa local e pela oferta de posições docentes nas escolas normais e secundárias oficiais (MICELI, 1989, p. 88).

Durante a segunda metade do século XX, as Ciências Sociais no Brasil tiveram grande parte do seu desenvolvimento atribuído ao investimento financeiro e intelectual da Fundação Ford³. Entre os anos de 1962 e 1992, no Brasil, a Fundação Ford forneceu US\$ 42,810 milhões em estudos de Ciências Sociais, resultando em 55% do total de investimentos da entidade no período⁴. Em um espaço de tempo de 30 anos, a Fundação Ford fez doações de US\$ 119 mil por mês⁵ em média, valor elevado para a conjuntura econômica atual e maior ainda para a época, levando em conta o valor do montante corrigido monetariamente⁶.

³ “A Fundação [Ford] é uma organização independente, liderada por um conselho distinto de diretores cujos 16 membros são provenientes de quatro continentes e trazem liderança e experiência em uma ampla gama de disciplinas. Hoje, somos administradores de um fundo de US\$ 12 bilhões, fazendo 500 milhões de dólares em doações ao redor do mundo a cada ano”. Fonte: <https://www.fordfoundation.org/about-us/our-origins/>

⁴ Dados do Quadro 1, Maiores dotações da Fundação Ford para cientistas sociais no Brasil 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

⁵ “Mesmo sem levar em conta o “pico” de recursos atingido pelo programa brasileiro em 1970, num montante de 3.271 milhões de dólares, o orçamento sofreu uma primeira redução razoável em 1976, quando encolheu para a faixa de 2.146 milhões, caindo bastante no ano seguinte para 1.399 milhões, até atingir o fundo do poço em 1978

Segundo Miceli (1995), a Fundação Ford colaborou com pesquisas no campo das Ciências Sociais de diferentes vertentes teóricas, possibilitando uma produção de conhecimento mais heterogênea. Não apenas isso, a Fundação, em alguns momentos, se confrontou com posicionamentos políticos do governo dos Estados Unidos⁷ e do próprio governo brasileiro, assim como da conjuntura conturbada do regime militar⁸, dando liberdade ideológica aos seus pesquisadores em relação às suas referências teóricas e os protegendo, em certas circunstâncias, da repressão militar.

Nos anos 80 e 90, com o fim da União Soviética e, conseqüentemente, com avanço e hegemonização do neoliberalismo e a ampliação da globalização, o colapso da política de bem-estar social e os processos de redemocratização dos países latino americanos, as Ciências Sociais se confrontam com uma nova conjuntura política, social e econômica que abre perspectivas para a formulação de novas teorias estruturais da sociedade.

No Brasil, além dos fatores já citados, se acrescentam as altas taxas de inflação do período, a instabilidade política do período de redemocratização, a criação de partidos políticos e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste panorama, segundo Sorj (1995), as Ciências Sociais tiveram uma oportunidade de interpretar a realidade social brasileira e formular explicações estruturais⁹, demonstrando a importância deste campo do conhecimento para a população nacional. Porém, “a dificuldade de tratar estes temas vividos pela sociedade como fundamentais levou as Ciências Sociais a uma ‘crise de relevância’” (p.

(pouco mais de 500 milhões), mantendo-se pouco acima desse patamar até 1981, recuperando apenas em 1985-86 um teto próximo àquele alcançado no início da década de 1970” (MICELI, p. 380-381).

⁶ Levando em conta a correção monetária de US\$ 42,810 milhões, este montante corresponde: em 1992 (último ano da amostra) a US\$ 74,098 milhões para os padrões atuais (inflação de 73,1%), em 1977 (ponto médio da amostra) a US\$ 171,550 milhões (inflação de 300,7%), e em 1962 (primeiro ano da amostra) a US\$ 344,236 milhões para os padrões atuais (inflação de 704,1 %). Fontes: <http://www.usinflationcalculator.com/>; <https://data.bls.gov/cgi-bin/cpicalc.pl>; acessados em 14 de março de 2017.

⁷ “[...] algumas decisões de peso tomadas pela Fundação em relação aos seus mutuários na região desagradaram bastante os dirigentes diplomáticos norte-americanos” (MICELI, 1995, p. 345).

⁸ “Por outro lado, o trabalho desenvolvido no Brasil, por exemplo, logo foi se tornando uma experiência bastante arriscada que mais se assemelhava a um enredo de filme policial do que ao exercício profissional do mecenato. As perseguições aos clientes, as prisões de bolsistas, as dificuldades de obtenção dos vistos junto ao consulado norte-americano, as bombas de intimidação lançadas nas faculdades, as ameaças veladas de retaliação provenientes de quadrantes inesperados do espectro político, todos esses eventos e provações contribuíram para modelar rotas próprias de atuação, frequentemente em descompasso, até mesmo em franca colisão, com as preferências e ditames do pessoal a serviço das agências oficiais domésticas ou não” (MICELI, 1995, p. 354).

⁹ No artigo, o autor faz uma referência ao abandono de uma teoria estrutural e voltada à ação: “É consciente de que há um limite de paradigmas que uma geração é capaz de digerir e, desse ponto de vista, [o autor] deveria ser mais generoso consigo mesmo e com seus colegas, que passaram do marxismo militante ao marxismo domesticado, deste para a democracia social e que, hoje, não conseguem dar conta de uma sociedade internacionalizada e com fortes impulsos a desintegração” (SORJ, 1995, p. 315).

313). Para o autor, as Ciências Sociais, com a diminuição de sua relevância na sociedade, têm perdido prestígio e ingressantes na área para outros setores acadêmicos:

Sem dúvida, a crise das Ciências Sociais tem dimensões internacionais. A ascensão do liberalismo e o fim do comunismo colocaram em xeque o welfare state e as ideias de planejamento e reforma social, principais empregadores de cientistas sociais utilizadores de seus discursos. A queda da demanda por cursos nas Ciências Sociais é universal e as dificuldades para financiar a pesquisa têm aumentado. Áreas como comunicação, marketing e administração de empresas ocupam espaços que antes cabiam aos cientistas sociais e atraem um número crescente de pessoas com vocação pelas áreas humanas (SORJ, 1995, p. 329).

Enquanto Miceli (1995) afirma que a Reforma Universitária¹⁰ foi fundamental para criar uma elite acadêmica nas Ciências Sociais capaz de produzir cientificamente com elevados padrões de qualidade¹¹, Sorj (1995) sustenta que esta mesma elite deixou de lado debates e publicações científicas que implicassem grande relevância social e que fundassem marcos teóricos nas Ciências Sociais brasileiras¹², se referindo, como já citado, à “crise de relevância” das Ciências Sociais brasileiras.

3.2 As Ciências Sociais na UFSC

Em 1973 foi criado o curso de graduação em Ciências Sociais na UFSC, legitimado posteriormente pelo Decreto Presidencial nº 81.114 de 1978, sendo este curso integrado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Sua formação administrativa e pedagógica é estruturada pelos Departamentos de Antropologia e de Sociologia e Ciência Política. Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFSC, de 2006, a primeira

¹⁰ Lei n.º 5540 de 28 de novembro de 1968, que extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental e dividiu o curso de graduação em duas partes: ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral.

¹¹ “Os cientistas sociais e as Ciências Sociais brasileiras lograram sua consolidação material, acadêmica e profissional, por terem se beneficiado em medida crescente das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico” (MICELI, 1995, p. 11).

¹² “A nova elite, apesar de ciosa de sua competência científica, foi incapaz de produzir publicações científicas que expressassem debates intelectuais relevantes, transformando sua instituição e encontro anual mais importante – a Anpocs – num condomínio de feudos institucionais individuais, sem capacidade de lançar temas, debates ou novas orientações intelectuais” (SORJ, 1995, p. 324).

grade curricular do curso era bastante abrangente, contemplando disciplinas e áreas como museologia, folclore, arqueologia, antropologia, sociologia da educação e ciência política.

Ainda na década de 70 foi criado o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da UFSC, que em 1976 implementou o Curso de Especialização em Ciências Sociais, abrangendo as áreas de Sociologia e Antropologia. Com a rápida consolidação do Curso de Especialização, em 1978 foi criado o curso de Mestrado em Ciências Sociais, abrangendo as duas áreas do Curso de Especialização. Em 1985, após um processo de reestruturação interna, o curso de Mestrado se desmembrou em dois cursos de Mestrado, o de Sociologia Política e o de Antropologia Social, permanecendo esta configuração até hoje¹³. No ano de 1999 foram aprovadas pela CAPES as propostas de curso de doutorado em Sociologia Política e de curso de doutorado em Antropologia Social¹⁴.

A última reforma curricular do curso de graduação é datada no ano de 2006, e reafirma a dupla opção de habilitação (licenciatura e bacharelado), dispostas em dois períodos, diurno e noturno, tendo em sua grade curricular as disciplinas obrigatórias e optativas, os estágios obrigatórios (para licenciatura) e não-obrigatórios (para bacharelado) e outras práticas acadêmicas extracurriculares.

Desta forma, os anos de 2007 e 2008 foram modelados por dois possíveis pontos de inflexão na escolha entre a habilitação de bacharelado e licenciatura. O primeiro seria a Reforma Curricular do curso, que poderia surtir efeito na escolha da habilitação dos graduandos, favorecendo uma ou outra habilitação, e o segundo seria o estabelecimento da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que estabelece a sociologia e a filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.

Como aponta o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFSC, de 2006 (p. 33), o egresso do curso de graduação em Ciências Sociais que optou pelo Bacharelado está habilitado às seguintes modalidades profissionais:

I) Profissional que atue no planejamento e gestão social, consultorias, assessorias, laudos, pareceres, relatorias e formação dos recursos humanos junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais (setor legislativo, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e atividades similares; e instituições da sociedade civil nos diferentes âmbitos que abrangem as políticas públicas e sociais mais amplas (saúde, educação, meio ambiente, planejamento

¹³ Disponível em <http://www.sociologia.ufsc.br/site/index.php>, acessado em 06 de março de 2017.

¹⁴ Disponível em <http://ppgas.posgrad.ufsc.br/apresentacao/>, acessado em 06 de março de 2017.

urbano, segurança, relações internacionais, comunicações, forense (jurídica e carcerária), etc.);

II) Pesquisador na área acadêmica ou profissional mais ampla e docência em ensino superior;

Por sua vez, o egresso que optou pela Licenciatura está habilitado às seguintes modalidades profissionais:

I) Professor da Educação Básica Fundamental e Médio;

III) Em âmbito interdisciplinar, atendendo os objetivos da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) atinentes às Ciências Sociais;

IV) Atuando nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio;

V) Atuando nas disciplinas relativas às questões étnicas e multiculturais do Ensino Fundamental;

VI) Atuando nas disciplinas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia do Ensino Superior.

Ainda sobre o curso de Ciências Sociais da UFSC, é relevante observar o perfil dos egressos do curso. Em estudo feito com egressos do curso entre os anos de 2000 e 2009, Mick et al (2012) demonstraram que 60,68% dos egressos eram do sexo feminino e 39,32% eram do sexo masculino; 40,5% dos alunos egressos eram bacharéis, 31,8% eram licenciados e 27,7% possuíam dupla habilitação (bacharelado e licenciatura). Ao responder sobre a autodefinição de cor/raça, 76,9% dos egressos se consideraram brancos, 11,3% pardos, 3,6% negros, 1% amarelos, 1% indígenas, 5,6% deram outros tipos de respostas e 0,5% não responderam. Em relação ao período de estudo, 53,6% dos entrevistados cursaram a graduação no período diurno e 46,4% no período noturno.

Ao analisar questões sobre mercado de trabalho, no quesito autodefinição profissional, 28% dos entrevistados se declararam cientistas sociais (antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e cientistas sociais) e 22% se definiram como professores (de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior). Em relação ao vínculo do trabalho com a área de Ciências Sociais, 57,5% já trabalharam na área de Ciências Sociais e 42,5% nunca trabalharam na área de Ciências Sociais. As atividades realizadas no trabalho foram mencionadas por 22% dos entrevistados como professores, 15,4% pesquisadores e 40% realizavam outras 74 atividades, atividades administrativas e/ou técnicas. Perguntados sobre o setor em que trabalhavam,

21,5% dos entrevistados responderam que atuam em instituição de ensino público; 7,2%, em instituição de ensino privado; 3,5%, em ONGs; 3,6%, em institutos de pesquisa públicos; 1,5%, em institutos de pesquisa privados; 2,6%, em empresas de consultoria; 5,6% trabalham por conta própria; 3,1% são empresários; 15,4% atuam em outros órgãos do setor público e 11,8%, em outros tipos de empresas privadas (MICK ET AL, 2012, p. 367).

Mick et al (2012) apresentam também dados relativos à escolaridade dos pais dos egressos entrevistados: 14,9% possuíam pais com pós-graduação, 29,2% com Ensino Superior completo, 21,1% com Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto, 9,2% com Ensino Médio incompleto e 24,6% com Ensino Fundamental (completo ou incompleto) ou apenas alfabetizados.

3.3 Mercado de trabalho nas Ciências Sociais

A atuação dos cientistas sociais no Brasil começa na primeira metade do século XX, porém, a regulamentação da profissão de sociólogo é sancionada em 1980 com a Lei nº 6.888/1980. As Ciências Sociais no Brasil são compostas por três áreas de conhecimento, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, no entanto, apenas esta última área possui a regulamentação profissional. O Artigo 2º da Lei nº 6.888/1980 define como competências do sociólogo

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Desta forma, o mercado de trabalho em Ciências Sociais é baseado em três principais espaços: o acadêmico, o extra-acadêmico e a docência. O primeiro é caracterizado pela pesquisa científica realizada nas universidades, o segundo é baseado em pesquisas político-populacionais, e o terceiro se concentra na atuação docente no Ensino Médio e Ensino Superior. Segundo Miceli (1989), as Ciências Sociais no Brasil, em seu surgimento, se configuram em duas categoriais: a pesquisa científica, com a busca de rigor metodológico, imparcialidade e excelência, e a militância política, que almejava participar das disputas políticas, a mudança política e a inserção no funcionalismo público. Com a regulamentação da profissão de sociólogo, abre-se um leque de possibilidades de atuação profissional dos cientistas. Para Zaror (2005),

O sociólogo tem participado no Brasil, como intelectual, como político, como funcionário público e de empresas privadas, como assessor ou profissional independente, competindo com outros profissionais em trabalhos de pesquisas de avaliação, diagnósticos, mídia, de opinião e de mercado; realizando assessorias, avaliações, estudos e pesquisas aplicadas na área de saúde, educação, ciência e tecnologia, na área de política econômica e socioambiental, política externa, reforma agrária, judicial, etc.; em atividades de orientação de rumos político-organizacionais; na assessoria e capacitação de movimentos sociais; no planejamento urbano; assessorias em relações públicas; assessoria parlamentar; na gestão e assessoria administrativa, de recursos humanos ou operacional em organizações governamentais e empresas privadas, na elaboração de relatórios de impacto ambiental, agenda 21, etc. (p. 3).

Outra abertura de possibilidades no mercado de trabalho das Ciências Sociais foi a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Como já mencionado na Apresentação deste trabalho, apenas 12% dos professores de Ensino Médio do Brasil possuem formação na área, sendo este fato uma demonstração da empregabilidade deste setor. Mesmo com a recente Reforma do Ensino Médio¹⁵, o ensino de Sociologia continua sendo considerado obrigatório, como informa o próprio portal eletrônico do Ministério da Educação¹⁶.

¹⁵ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

¹⁶ “A proposta prevê que serão obrigatórios os estudos e práticas de filosofia, sociologia, educação física e artes no ensino médio. Língua portuguesa e matemática são disciplinas obrigatórias nos três anos de ensino médio independente da área de aprofundamento que o estudante escolher.” http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_09. Acessado em 18 de novembro de 2017.

4 AS EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSC

4.1 Metodologia

Foram escolhidos como amostra de pesquisa os egressos do curso de Ciências Sociais da UFSC entre os anos de 2012 e 2016. Este recorte é considerado estratégico, pois o público-alvo parte da primeira turma que se formou após duas mudanças significativas que podem influenciar nas decisões de habilitação: implementação da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio e Reforma Curricular do curso de 2007.

Foram aplicados questionários *online*¹⁷ visando discutir o perfil do egresso (gênero; idade; relação parental com profissionais da área docente e acadêmica; escolaridade dos pais; concomitância entre trabalho e estudo; autoidentificação político-ideológico), e questões sobre mercado de trabalho (se já trabalhou na área de Ciências Sociais, qual função exerceu, se possui vinculação com associações da área, qual a renda possui).

A pesquisa contou com as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica (primeira etapa, também desenvolvida concomitantemente com outras etapas durante toda a pesquisa), formulação do questionário, teste do questionário em um projeto piloto, aplicação do questionário ao público-alvo, tratamento de dados, cruzamento de dados, análise de dados, e elaboração e finalização deste trabalho.

Para a formulação do questionário foram estudados os trabalhos de Mick et al (2012) e Souza (2015), pois estes realizaram pesquisas com egressos do curso de Ciências Sociais na UFSC. Com a revisão bibliográfica destes trabalhos foi possível esboçar um questionário já com relatos de sucessos e dificuldades na aplicação deste tipo de pesquisa. O questionário elaborado para o estudo presente foi revisado com a ajuda da turma da disciplina Seminário de Licenciatura II do semestre 2016.1, da qual este pesquisador participava juntamente com dois professores vinculados ao curso de Ciências Sociais e duas estudantes de graduação em Ciências Sociais.

Nem todos os dados coletados foram utilizados na formulação deste trabalho. Isso se deve à decisão de utilizar um questionário mais abrangente, que abarcasse vários fatores que

¹⁷ Conferir Apêndice I

poderiam ou não ser utilizados, o que seria decidido na etapa de análise de dados, conforme as necessidades de cruzamento de dados fossem surgindo. Outro fator que também contribuiu para a escolha de um questionário com vários fatores foi a intenção de aproveitar sua aplicação para registrar informações sobre os egressos para pesquisas futuras, tanto acadêmicas como as de cunho institucional, para alterações curriculares, aplicação de estratégias pedagógicas, entre outras utilidades para estas informações.

Optou-se por um questionário *online*, pois facilitaria a aplicação e armazenamento de dados, utilizando como ferramenta para tal função o Formulários Google, ferramenta que compõe o Google Drive, que é um pacote de aplicativos de edição e visualização de documentos feitas de forma *online*. O questionário foi majoritariamente composto por respostas fechadas (o entrevistado apenas responde uma das alternativas) e majoritariamente obrigatórias, sem as quais não é possível o envio do questionário para o banco de dados.

Anteriormente e concomitantemente à formulação do questionário, foi feita a elaboração da lista de egressos do curso de Ciências Sociais da UFSC entre os anos de 2012 e 2016. Esta tarefa contou inicialmente com uma pesquisa no sítio eletrônico de egressos da UFSC (egressos.sistemas.ufsc.br). Esta lista inicial foi complementada com alguns nomes que não constavam no sistema *online* da UFSC. Estes nomes foram encontrados com a busca no sítio eletrônico do curso de Ciências Sociais da UFSC (cienciassociais.ufsc.br), observando as datas anunciadas das defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso e Trabalhos de Conclusão da Licenciatura (TCCs e TCLs). Outra forma encontrada para complementar esta lista foi a pesquisa com os TCCs e TCLs impressos, disponibilizados pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais, conferindo as versões impressas e os nomes na lista, observando a ausência de algum nome de egresso presente nas versões impressas e ausente na lista de egressos.

Os egressos foram contatados inicialmente por mensagem na rede social Facebook. Optou-se por esta ferramenta pela facilidade de encontrar os egressos, especialmente por dois motivos: o primeiro é que alguns dos egressos já fazem parte da rede de contatos do pesquisador deste trabalho, e os egressos que não o fazem, em grande parte, pertencem à rede de contatos dos contatos deste autor. Ou seja, o egresso é ou “amigo” deste autor no Facebook, ou “amigo de amigo”, ou mesmo não sendo nenhum dos dois, é razoavelmente fácil de encontrá-lo.

Além do contato via Facebook, foi disponibilizada pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais uma lista de endereços eletrônicos (*e-mails*) dos egressos, na qual constavam os endereços eletrônicos de quase todos os egressos.

Dos 160 egressos oriundos do curso de Ciências Sociais da UFSC entre os anos de 2012 e 2016 (ver tabela 1), foi feita a tentativa de contato com quase todos e 63 egressos responderam ao questionário, ou seja, houve 39,37% de taxa de retorno. A título de comparação, o trabalho de Mick et al (2012) contou com uma amostra de 473 egressos entre os anos de 2000 e 2009, sendo que destes egressos 273 foram localizados e contatados (57,71%), e destes últimos, 195 egressos responderam ao questionário (41,23%). O trabalho de Souza (2015) contou com uma amostra de 104 egressos entre os anos de 2010 e 2013 e também do semestre 2014/1. Destes, 41 egressos (39,42%) cursaram a grade curricular implementada em 2007, recorte feito pela autora. E deste grupo, 19 egressos (46,34% do grupo selecionado, 18,27% do total de egressos do período) responderam o questionário.

TABELA 1: Egressos do curso de Ciências Sociais entre os anos de 2012 e 2016.

ANO	NÚMERO DE EGRESSOS	PORCENTAGEM
2012	14	8,75%
2013	44	27,50%
2014	35	21,88%
2015	34	21,25%
2016	33	20,62%
TOTAL	160	100,00%

FONTE: Elaborado pelo autor.

Relativamente aos períodos estudados, houve pelo menos um representante para cada um dos semestres. Ainda, muito embora o número de egressos que responderam o questionário seja variável em relação a cada semestre, ele é proporcional ao número de egressos de cada período segundo os dados censitários (tabela 2).

TABELA 2: Egressos que responderam o questionário, distribuídos por semestre de egresso.

Semestre de egresso	Nº de egressos	Porcentagem
2011.1	1	1,59%
2012.2	1	1,59%
2013.1	7	11,11%
2013.2	8	12,70%
2014.1	7	11,11%
2014.2	9	14,29%
2015.1	5	7,94%
2015.2	11	17,46%
2016.1	5	7,94%
2016.2	8	12,70%
2017.1	1	1,59%
Total	63	100,00%

FONTE: Elaborado pelo autor.

As respostas do questionário foram analisadas com a ajuda do programa Microsoft Excel. A princípio cogitou-se a possibilidade de utilizar o programa SPSS¹⁸, porém, esta ferramenta se diferenciaria do Microsoft Excel pelos dados estatísticos. Como este trabalho contou com cruzamentos simples (de apenas duas variáveis) e com questões que na maioria dos casos foram respondidas por todos os participantes e eram compostas por alternativas fechadas (o participante assinalava uma das alternativas pré-elaboradas), a análise da frequência (número de incidência de respostas) e o *missing* (número de respostas inválidas) pode ser feito no Microsoft Excel ou não precisou ser feito. Desta forma, neste programa, foi utilizada a opção ‘Tabela Dinâmica’ para fazer o cruzamento de dados e montar as tabelas.

¹⁸ SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) é um programa computacional utilizado para pesquisas estatísticas. Sua primeira versão foi produzida em 1968 com o intuito de auxiliar pesquisas nas Ciências Sociais. A empresa detentora dos direitos autorais do programa, a SPSS Inc, foi adquirida pela IBM em 2009, sendo assim, o programa passou a se chamar oficialmente IBM SPSS.

4.2 Análise de dados

4.2.1 Gênero

Ao analisar os resultados do questionário em relação à proporção entre homens e mulheres no curso de Ciências Sociais da UFSC, confrontou-se com duas outras fontes de informação. A primeira é o estudo de Mick et al (2012), que constata que entre os estudantes egressos entre os anos de 2000 e 2009, 60,7% eram do sexo masculino e 39,3% eram do sexo feminino. Esta constatação não foi feita a partir do questionário aplicado. O autor demonstrou esta proporção ao analisar os dados apresentados pela própria instituição de ensino, desta forma as informações são de ordem censitária, ou seja, abrangem a totalidade dos egressos.

Assim, chega-se a segunda fonte de informação, a busca censitária pelos egressos do curso entre os anos de 2012 e 2016. Neste período constata-se que 49,38% dos egressos do curso são homens e 50,63% são mulheres. Comparado aos dados da pesquisa feita por Mick et al (2012) na década anterior, o curso passou de maioria masculina para uma proporção equilibrada entre homens e mulheres, como se constata na tabela 3.

TABELA 3: Número de homens e mulheres entre os egressos de Ciências Sociais 2012-2016.

ANO	NÚMERO DE EGRESSOS	HOMENS	MULHERES
2012	14	42,86% (6)	57,14% (8)
2013	44	54,55% (24)	45,45% (20)
2014	35	37,14% (13)	62,86% (22)
2015	34	61,76% (21)	38,24% (13)
2016	33	45,45% (15)	54,55% (18)
TOTAL	160	49,38% (79)	50,63% (81)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Desta constatação e comparação prévia, analisa-se o resultado dos questionários aplicados aos egressos do curso. Entre estes, a maioria é do sexo masculino (53,97%), conforme tabela 4. Apesar de um pouco maior que o dado censitário, a diferença não é

significativa. É evidente que ao aumentar cerca de 3% a proporção de homens de uma fonte a outra, a proporção de homens passa de menos de 50% (menor parte) para mais de 50% (maior parte), mas mesmo assim pode-se afirmar que o resultado do questionário demonstra uma forte aproximação entre os números de egressos e egressas do curso e que este não está, neste quesito, muito deslocado do resultado censitário.

Entre bacharéis, 61,11% são do sexo masculino e entre licenciados a proporção é de 53,85%, mas na habilitação dupla esta situação é inversa: 64,29% das egressas em dupla habilitação são mulheres. Mesmo entre bacharelado e licenciatura se pode comparar a quantidade de egressas, com a licenciatura tendo maior participação feminina que o bacharelado. A presença masculina entre os egressos do curso é de 53,97%, índice muito próximo à proporção de homens entre os licenciados.

TABELA 4: Número de homens e mulheres entre as habilitações de Ciências Sociais UFSC.

HABILITAÇÃO	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
Bacharelado	61,11% (22)	38,89% (14)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	35,71% (5)	64,29% (9)	100,00% (14)
Licenciatura	53,85% (7)	46,15% (6)	100,00% (13)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Aos olhares mais desatentos pode parecer que a diferença entre a participação feminina entre bacharelado e licenciatura não seja significativa. Porém, ao verificar a participação feminina no mercado de trabalho de Ciências Sociais encontram-se mais fatores para reforçar esta constatação. Antes de desenvolver essa questão, faz-se necessário ressaltar a diferença entre sexo e gênero e porque sexo e gênero aparecem interligados neste trabalho, como se fossem iguais. Denomina-se sexo a diferenciação entre indivíduos baseada nas diferenças sexuais de ordem biológica. Gênero é definido como a construção social das identidades e espaços ocupados na sociedade pelos sexos. Vianna (2002) argumenta sobre a importância de ressaltar a utilização do termo gênero na análise de questões femininas e masculinas:

A busca seria por superar o determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e reforçado por argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas, tenta justificar a caracterização de mulheres e homens como seres qualitativamente distintos (VIANNA, 2002, p. 89).

Desta forma, ao relacionar o fator sexo/gênero com outros fatores, por exemplo, renda e escolha da habilitação, busca-se compreender que estes resultados não demonstram um determinismo natural ou biológico em razão do qual mulheres são naturalmente mais propensas a escolherem a docência do que os homens, mas que este fator está ligado a diversos fatores, de origem histórica, social, econômica e cultural.

Para melhor compreender a esta questão, buscou-se analisar e comparar os resultados da pesquisa com a proporção de mulheres na docência brasileira, representada na tabela 5. Nela percebe-se que a participação das mulheres na Educação Infantil é quase a totalidade das docentes, e nas etapas de ensino seguintes esta proporção vai gradativamente caindo, até ser menor que 50% no Ensino Profissional (46,66%). Já na tabela 6 percebe-se que os dados nacionais não são muito diferentes dos dados referentes à proporção de mulheres no ensino catarinense. Esta tabela apresenta também a proporção de mulheres docentes para a Educação Especial (94,85%) e para a Educação de Jovens e Adultos (73,09%), e demonstra uma menor proporção de mulheres docentes no Ensino Profissionalizante (37,97 %) do que a proporção nacional.

TABELA 5: Relação entre etapas de ensino e sexo dos professores brasileiros.

ETAPAS DE ENSINO	SEXO	
	Feminino	Masculino
Educação Infantil – Creche	97,94%	2,06%
Educação Infantil – Pré-escola	96,07%	3,93%
Ensino Fundamental – Anos iniciais	91,22%	8,78%
Ensino Fundamental – Anos finais	74,41%	25,59%
Ensino Médio	64,45%	35,55%
Ensino Profissional	46,66%	53,34%
Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional)	81,94%	18,06%

FONTE: Censo do Professor, MEC 2007.

TABELA 6: Relação entre etapas de ensino e sexo dos professores catarinenses.

ETAPAS DE ENSINO	SEXO	
	Feminino	Masculino
Educação Infantil – Creche	97,91%	2,09%
Educação Infantil – Pré-escola	92,46%	7,54%
Ensino Fundamental – Anos iniciais	87,88%	12,12%
Ensino Fundamental – Anos finais	74,39%	25,61%
Ensino Médio	64,03%	35,97%
Ensino Profissional	37,97%	62,03%
Educação Especial	93,85%	6,15%
Educação de Jovens e Adultos	73,09%	26,91%
Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional)	82,50%	17,50%

FONTE: Censo do Professor, MEC 2007.

Após esta análise, necessitou-se buscar teoricamente o motivo da docência ser predominantemente exercida por mulheres. Para Bruschini e Amado (1988), vários estudos apontam que a inserção da mulher na docência ocorreu devido à ampliação do ensino (a maior necessidade de profissionais docentes abriu mais vagas no mercado de trabalho, dando mais oportunidades às mulheres), à maior escolaridade das mulheres (aproveitamento de mão de obra qualificada), à possibilidade de conciliar profissão e tarefas domésticas, à estabilidade e benefícios do setor público, e a critérios de seleção e promoção mais justos e imparciais. Porém, as autoras ressaltam que há estudos que demonstram que as professoras possuem jornadas de trabalho prolongadas e que seus salários eram parte considerável, ou maior parte, da renda familiar, desestabilizando os argumentos de que as mulheres optam pela docência pela compatibilidade com as tarefas domésticas e como forma de complementar a renda familiar. Bruschini e Amado (1988) apresentam que ainda impera a ideologia da vocação – que defende que a docência depende da vocação, e não da profissionalização – e a ideia de que as mulheres seriam mais indicadas à docência devido à sua “vocação para o cuidado”. Sobre este último, Vianna (2002) argumenta que esta ideia parte de uma visão biologizante ou naturalizada das habilidades femininas:

O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres. Muitas atividades profissionais associadas ao cuidado são consideradas femininas, como a enfermagem, o tomar conta de crianças pequenas, a educação infantil, etc. O ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser entendido como uma atividade que envolve compromisso moral. Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para

eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas. (VIANNA, 2002, p. 93).

Assim, as mulheres se inserem com maior proporção na docência do que os homens não por maior capacidade ou formação, mas devido ao fato de que nesta profissão, assim como a profissão de enfermagem ou serviço social, a participação feminina é mais aceita pela sociedade cuja ideologia se baseia em concepções sexistas, no sentido de que as mulheres seriam naturalmente mais habilidosas para as tarefas de cuidados.

Analisando as variáveis sexo e emprego relacionadas à área de Ciências Sociais, se constata que as mulheres possuem maior inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais que os homens. Entre as egressas do curso, 58,62% responderam que já trabalharam na área de Ciências Sociais, enquanto a mesma pergunta foi respondida afirmativamente por 50,00% dos egressos (tabela 8).

TABELA 7: Número de egressos, separado por sexo, que já trabalharam na área de Ciências Sociais.

SEXO	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Feminino	58,62% (17)	41,38% (12)	100,00% (29)
Masculino	50,00% (17)	50,00% (17)	100,00% (34)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

O fato de as mulheres obterem maior inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais que os homens pode estar relacionado à habilitação da graduação. A licenciatura e a dupla habilitação possuem maior inserção no mercado de trabalho (tabela 8). Estas habilitações também possuem maior percentual de mulheres que já trabalharam na área do que o bacharelado (tabelas 9, 10 e 11), sendo as mulheres mais inseridas no mercado de trabalho, constatando-se assim uma possível relação entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho com a escolha da habilitação.

TABELA 8: Número de egressos, separado por habilitação, que já trabalharam na área de Ciências Sociais.

HABILITAÇÃO	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	38,89% (14)	61,11% (22)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Desta forma, a maior proporção de mulheres na licenciatura e na dupla habilitação, comparada à mesma proporção do bacharelado, deve ser levada em conta ao ser comparada com a inserção dos egressos no mercado de trabalho, separados por habilitação, representados nas tabelas 9, 10 e 11. Nota-se que a inserção das mulheres bacharéis é menor que a dos homens de mesma habilitação, porém, esta relação se inverte no caso da licenciatura e dupla habilitação, reforçando o caráter de gênero da docência.

TABELA 9: Número de egressos bacharéis, separado por sexo, que já trabalharam na área de Ciências Sociais.

SEXO	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Feminino	28,57% (4)	71,43% (10)	100,00% (14)
Masculino	45,45% (10)	54,55% (12)	100,00% (22)
Total	38,89% (14)	61,11% (22)	100,00% (36)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 10: Número de egressos licenciados, separado por sexo, que já trabalharam na área de Ciências Sociais.

SEXO	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Feminino	100,00% (6)	-	100,00% (6)
Masculino	42,86% (3)	57,14% (4)	100,00% (7)
Total	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 11: Número de egressos com dupla habilitação, separado por sexo, que já trabalharam na área de Ciências Sociais.

SEXO	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Feminino	77,78% (7)	22,22% (2)	100,00% (9)
Masculino	80,00% (4)	20,00% (1)	100,00% (5)
Total	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Outro fator relativo ao gênero é a renda. Ao analisar a tabela a seguir, constata-se que a proporção de mulheres em cada faixa de renda é menor que a de homens conforme a renda vai aumentando.

TABELA 12: Renda dos egressos do curso de Ciências Sociais UFSC, separada por sexo.

RENDA (em salários mínimos)	SEXO		
	Feminino	Masculino	Total
Não possui renda	24,14% (7)	8,82% (3)	15,87% (10)
Até 1 SM	13,79% (4)	2,94% (1)	7,94% (5)
De 1 a 2 SM	34,48% (10)	32,35% (11)	33,33% (21)
De 2 a 3 SM	10,34% (3)	14,71% (5)	12,70% (8)
De 3 a 4 SM	6,90% (2)	2,94% (1)	4,76% (3)
De 4 a 5 SM	-	11,76% (4)	6,35% (4)
De 5 a 6 SM	3,45% (1)	8,82% (3)	6,35% (4)
De 6 a 8 SM	3,45% (1)	5,88% (2)	4,76% (3)
De 8 a 10 SM	-	2,94% (1)	1,59% (1)
Acima de 10 SM	3,45% (1)	8,82% (3)	6,35% (4)
Total	100,00% (29)	100,00% (34)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Sobre a desigualdade de renda entre as egressas e os egressos do curso, pode-se pensar em termos de diferença de renda entre os gêneros. Convém citar o trabalho de Heleieth

Saffioti¹⁹, autora que estudou sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho capitalista. Saffioti (1969), citada por Gonçalves (2011), afirma que

O capitalismo [...] pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que este sistema ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. Para a autora, neste modo de produção, as características naturais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes (SAFFIOTI, 1969, p. 129 apud GONÇALVES, 2011, p. 128).

Segundo Saffioti (1969), citada por Gonçalves (2011), a inserção das mulheres no mercado de trabalho não ocorreu em posição de igualdade com os homens, pois elas ocuparam vagas mais precárias, menos remuneradas, com menor prestígio dentro do mercado de trabalho capitalista. Entende-se que o capitalismo não criou a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, pois esta tem origem muito anteriormente, porém, a partir desta distinção de gênero, o sistema capitalista aproveita para aumentar a disputa entre homens e mulheres pelas vagas de emprego, rebaixando os salários em geral, mas principalmente os das mulheres, e aprofundando a desigualdade entre os sexos.

4.2.2 Idade

Em relação à idade dos egressos, foi feito o cruzamento deste dado com a habilitação escolhida. Conforme se pode constatar na tabela 13, não há uma grande diferença etária entre as habilitações, porém observa-se que o bacharelado possui maior taxa de egressos acima de 35 anos que as demais habilitações, e que a licenciatura e a dupla habilitação possuem maior percentual de egressos entre 25 e 35 anos do que o bacharelado. O estudo de Mick et al (2012) demonstrou que 47% dos egressos possuía menos de 30 anos, diferentemente deste trabalho

¹⁹ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934-2010) foi uma socióloga brasileira, estudou violência de gênero e mercado de trabalho sob a perspectiva marxista. Segundo Gonçalves (2012), “É possível encontrar duas grandes fases em seus estudos: uma primeira, que vai de meados dos anos 1960 ao final dos 1980 e foi marcada pela análise do trabalho feminino na sociedade capitalista; e uma segunda fase, dedicada aos estudos sobre violência doméstica, momento que se estende do início dos anos 1990 até o final do ano de 2010, quando a autora se foi” (p. 120).

que apresenta 68,25% de egressos menores de 30 anos. Essa diferença possivelmente é causada pelo intervalo analisado. Enquanto este trabalho analisou egressos de 2012 a 2016, o trabalho de Mick et al (2012) analisou egressos de 2000 a 2009, ou seja, egressos que estavam afastados da universidade há mais tempo.

TABELA 13: Relação entre habilitação e idade.

HABILITAÇÃO	IDADE				Total
	até 25 anos	de 26 a 29 anos	de 30 a 35 anos	acima de 35 anos	
Bacharelado	27,78% (10)	38,89% (14)	19,44% (7)	13,89% (5)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	21,43% (3)	50,00% (7)	28,57% (4)	-	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	53,85% (7)	23,08% (3)	7,69% (1)	100,00% (13)
Total	23,81% (15)	44,44% (28)	22,22% (14)	9,52% (6)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Analisando os dados de idade e inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais, também se constata que há uma pequena diferença entre as faixas etárias (tabela 14). A faixa etária de 26 a 29 anos apresenta maior inserção no mercado de trabalho, seguida da faixa etária de egressos até 25 anos, o que parece indicar que os mais jovens procuram maior inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais. Para constatar esta hipótese, cruzou-se o dado de idade com a opção pela habilitação.

TABELA 14: Relação entre idade e inserção no mercado de trabalho.

IDADE	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Até 25 anos	53,33% (8)	46,67% (7)	100,00% (15)
De 26 a 29 anos	57,14% (16)	42,86% (12)	100,00% (28)
De 30 a 35 anos	50,00% (7)	50,00% (7)	100,00% (14)
Acima de 35 anos	50,00% (3)	50,00% (3)	100,00% (6)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 15: Relação entre motivo da escolha da habilitação e idade.

OPÇÃO PELA HABILITAÇÃO	IDADE				Total
	Até 25 anos	De 26 a 29 anos	De 30 a 35 anos	Acima de 35 anos	
Interesse em pesquisa	13,33% (2)	25,00% (7)	21,43% (3)	33,33% (2)	22,22% (14)
Não quer dar aula	40,00% (6)	17,86% (5)	14,29% (2)	-	20,63% (13)
Mercado de trabalho	26,67% (4)	17,86% (5)	21,43% (3)	-	19,05% (12)
Quer dar aula	-	10,71% (3)	14,29% (2)	16,67% (1)	9,52% (6)
Interesse em dupla habilitação	6,67% (1)	7,14% (2)	7,14% (1)	-	6,35% (4)
Mais rápido	-	7,14% (2)	7,14% (1)	-	4,76% (3)
Mais teoria	6,67% (1)	-	-	16,67% (1)	3,17% (2)
Interesse pessoal	6,67% (1)	3,57% (1)	-	-	3,17% (2)
Interesse profissional	-	-	-	33,33% (2)	3,17% (2)
Outros	-	10,71% (3)	14,29% (2)	-	7,94% (5)
Total	100,00% (15)	100,00% (28)	100,00% (14)	100,00% (6)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o motivo da escolha pela habilitação entre as faixas etárias (tabela 15), vê-se que os egressos mais jovens possuem maior percentual de interesse pela inserção no mercado de trabalho e maior rejeição à atividade docente. Isso demonstra certo paradoxo: apesar de haver uma preocupação com o mercado de trabalho, recusa-se um dos principais aglutinadores de vagas de trabalho na área. Já os egressos com idade superior a 30 anos têm interesse em pesquisa e em lecionar, demonstrando menor incerteza sobre o futuro profissional.

4.2.3 Relação parental com profissionais da área docente e acadêmica

As relações de parentesco entre egressos e profissionais da área docente e acadêmica são pouco frequentes no curso de Ciências Sociais. Mais da metade (61,90%) dos egressos relatou não ter parentesco próximo nem com professores nem com pesquisadores. Entre os licenciados a porcentagem de parentesco com professores é a maior entre as habilitações (tabela 16), e a porcentagem de parentesco com pesquisadores e professores é maior entre os bacharéis (19,44%). Os egressos com dupla habilitação foram os únicos que relataram ter parentesco apenas com pesquisadores, sendo estes 14,29% do total de egressos desta habilitação.

TABELA 16: Relação entre habilitação e parentesco com profissionais da área da docência e/ou pesquisa.

HABILITAÇÃO	PARENTES PROFESSORES E/OU PESQUISADORES				Total
	Não	Sim, pesquisadores	Sim, professores	Sim, pesquisadores e professores	
Bacharelado	63,89% (23)	-	16,67% (6)	19,44% (7)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	50,00% (7)	14,29% (2)	21,43% (3)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	-	23,08% (3)	7,69% (1)	100,00% (13)
Total	61,90% (39)	3,17% (2)	19,05% (12)	15,87% (10)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Analisou-se a possibilidade de o parentesco com professores e pesquisadores influenciar na escolha da habilitação. Desta forma, cruzou-se estes dados para formular as tabelas 17 e 18. Nestas tabelas constata-se que o número de egressos que tiveram incentivo para escolher as habilitações é maior entre os que possuem parentesco com pesquisadores e/ou professores, tanto no incentivo para a escolha da licenciatura quanto para a escolha do bacharelado.

TABELA 17: Relação entre parentesco com profissionais da área da docência e/ou pesquisa e incentivo à licenciatura.

PARENTES PROFESSORES E/OU PESQUISADORES	INCENTIVO À LICENCIATURA		
	Sim	Não	Total
Não	30,77% (12)	69,23% (27)	100,00% (39)
Sim, pesquisadores	100,00% (2)	-	100,00% (2)
Sim, professores	50,00% (6)	50,00% (6)	100,00% (12)
Sim, pesquisadores e professores	50,00% (5)	50,00% (5)	100,00% (10)
Total	39,68% (25)	60,32% (38)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 18: Relação entre parentesco com profissionais da área da docência e/ou pesquisa e incentivo ao bacharelado.

PARENTES PROFESSORES E/OU PESQUISADORES	INCENTIVO AO BACHARELADO			Total
	Sim	Não	Não Respondeu	
Não	20,51% (8)	76,92% (30)	2,56% (1)	100,00% (39)
Sim, pesquisadores	100,00% (2)	-	-	100,00% (2)
Sim, professores	66,67% (8)	33,33% (4)	-	100,00% (12)
Sim, pesquisadores e professores	50,00% (5)	40,00% (4)	10,00% (1)	100,00% (10)
Total	36,51% (23)	60,32% (38)	3,17% (2)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Porém, este incentivo não se reflete de forma significativa na inserção no mercado de trabalho, conforme apresentado na tabela 19. Nela se pode constatar que entre os egressos que não possuem parentesco com estes profissionais, 53,85% já trabalharam na área de Ciências Sociais, enquanto para egressos com parentes pesquisadores e professores este percentual é de 40,00%. Entre egressos com parentes professores este percentual é de 58,33%, levemente maior que os egressos sem parentesco com professores ou pesquisadores. Entre os egressos com parentes pesquisadores, todos já trabalharam na área de Ciências Sociais, mas vale

ressaltar que estes egressos são apenas 2, número um tanto reduzido para elaborar conclusões consistentes.

TABELA 19: Relação entre parentesco com profissionais da área da docência e/ou pesquisa e inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais.

PARENTES PROFESSORES E/OU PESQUISADORES	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Não	53,85% (21)	46,15% (18)	100,00% (39)
Sim, pesquisadores	100,00% (2)	-	100,00% (2)
Sim, professores	58,33% (7)	41,67% (5)	100,00% (12)
Sim, pesquisadores e professores	40,00% (4)	60,00% (6)	100,00% (10)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

4.2.4 Escolaridade dos pais

A escolaridade dos pais dos egressos foi colocada como hipótese de fator influenciador na escolha da habilitação e na inserção no mercado de trabalho. Os egressos cujos pais possuem graduação, mestrado ou doutorado somam 44,44% entre os bacharéis, 35,71% entre os egressos com dupla habilitação e 53,84% entre os licenciados (tabela 20). Em relação à escolaridade da mãe, os egressos cujas mães possuem graduação, mestrado ou doutorado somam 41,67% dos os bacharéis, 57,14% entre os egressos com dupla habilitação e 53,84% entre os licenciados (tabela 21). Percebe-se que a escolaridade dos pais e das mães dos licenciados é maior do que a escolaridade dos pais e mães dos bacharéis, e que as mães possuem grau de escolaridade um pouco maior do que os pais. Entre os egressos com dupla habilitação, nota-se um fenômeno interessante: as mães possuem escolaridade significativamente maior do que os pais, e estes possuem escolaridade menor comparados com os pais dos bacharéis e licenciados.

TABELA 20: Relação entre habilitação e escolaridade do pai.

HABILITAÇÃO	ESCOLARIDADE DO PAI					Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado/Doutorado	Não sei	
Bacharelado	27,78% (10)	25,00% (9)	36,11% (13)	8,33% (3)	2,78% (1)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	21,43% (3)	42,86% (6)	7,14% (1)	28,57% (4)	-	100,00% (14)
Licenciatura	-	46,15% (6)	38,46% (5)	15,38% (2)	-	100,00% (13)
Total	20,63% (13)	33,33% (21)	30,16% (19)	14,29% (9)	1,59% (1)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 21: Relação entre habilitação e escolaridade da mãe.

HABILITAÇÃO	ESCOLARIDADE DA MÃE				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado/Doutorado	
Bacharelado	16,67% (6)	41,67% (15)	27,78% (10)	13,89% (5)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	14,29% (2)	28,57% (4)	57,14% (8)	-	100,00% (14)
Licenciatura	23,08% (3)	23,08% (3)	38,46% (5)	15,38% (2)	100,00% (13)
Total	17,46% (11)	34,92% (22)	36,51% (23)	11,11% (7)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados demonstram grau de escolaridade um pouco maior do apresentado por Mick et al (2012): 44,1% dos pais possuem pós-graduação ou Ensino Superior Completo, 21,1% possuem Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto e 24,6% possuem Ensino Fundamental (completo ou incompleto) ou são apenas alfabetizados. Deve-se ressaltar que Mick et al (2012) utilizam o maior grau de escolaridade entre pai e mãe para confeccionar estes resultados. Desta forma, é considerável o aumento de escolaridade dos pais entre o trabalho de Mick et al (2012) e este trabalho.

Ao analisar estas diferenças, buscou-se verificar se a diferença na escolaridade dos pais interfere na escolha da habilitação e na inserção no mercado de trabalho. Ao cruzar os dados relativos à escolaridade dos pais e das mães com o incentivo à escolha pelo bacharelado, nota-se que não há uma correlação significativa entre os dois fatores, com exceção dos egressos cujos pais ou mães possuem mestrado ou doutorado. Neste grupo de

egressos o incentivo à escolha pelo bacharelado é muito grande comparado ao de grupos de egressos com pais e mães com menor escolaridade (tabelas 22 e 23).

TABELA 22: Relação entre escolaridade do pai e incentivo ao bacharelado.

ESCOLARIDADE DO PAI	INCENTIVO AO BACHARELADO			Total
	Sim	Não	Não Respondeu	
Ensino Fundamental	38,46% (5)	61,54% (8)	-	100,00% (13)
Ensino Médio	38,10% (8)	61,90% (13)	-	100,00% (21)
Ensino Superior	21,05% (4)	73,68% (14)	5,26% (1)	100,00% (19)
Mestrado/Doutorado	66,67% (6)	22,22% (2)	11,11% (1)	100,00% (9)
Não sei	-	100,00% (1)	-	100,00% (1)
Total	36,51% (23)	60,32% (38)	3,17% (2)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 23: Relação entre escolaridade da mãe e incentivo ao bacharelado.

ESCOLARIDADE DA MÃE	INCENTIVO AO BACHARELADO			Total
	Sim	Não	Não respondeu	
Ensino Fundamental	36,36% (4)	63,64% (7)	-	100,00% (11)
Ensino Médio	22,73% (5)	68,18% (15)	9,09% (2)	100,00% (22)
Ensino Superior	39,13% (9)	60,87% (14)	-	100,00% (23)
Mestrado/Doutorado	71,43% (5)	28,57% (2)	-	100,00% (7)
Total	36,51% (23)	60,32% (38)	3,17% (2)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

A análise da relação entre escolaridade dos pais e mães e o incentivo à licenciatura também foi feita, demonstrando uma característica peculiar. O incentivo à licenciatura é maior entre os egressos cujas mães possuem maior escolaridade (tabela 25). Entre as categorias de escolaridade dos pais dos egressos, parece não haver uma relação entre este fator e o incentivo à licenciatura (tabela 24), apenas frisa-se o fato de o grupo de egressos cujos pais possuem mestrado ou doutorado possuir taxas mais elevadas de incentivo à licenciatura que as demais categorias de escolaridade, repetindo a mesma tendência encontrada no incentivo ao bacharelado.

TABELA 24: Relação entre escolaridade do pai e incentivo à licenciatura.

ESCOLARIDADE DO PAI	INCENTIVO À LICENCIATURA		
	Sim	Não	Total
Ensino Fundamental	30,77% (4)	69,23% (9)	100,00% (13)
Ensino Médio	42,86% (9)	57,14% (12)	100,00% (21)
Ensino Superior	26,32% (5)	73,68% (14)	100,00% (19)
Mestrado/Doutorado	77,78% (7)	22,22% (2)	100,00% (9)
Não sei	-	100,00% (1)	100,00% (1)
Total	39,68% (25)	60,32% (38)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 25: Relação entre escolaridade da mãe e incentivo à licenciatura.

ESCOLARIDADE DA MÃE	INCENTIVO À LICENCIATURA		
	Sim	Não	Total
Ensino Fundamental	27,27% (3)	72,73% (8)	100,00% (11)
Ensino Médio	40,91% (9)	59,09% (13)	100,00% (22)
Ensino Superior	43,48% (10)	56,52% (13)	100,00% (23)
Mestrado/Doutorado	42,86% (3)	57,14% (4)	100,00% (7)
Total Geral	39,68% (25)	60,32% (38)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

A inserção no mercado de trabalho foi analisada juntamente com a escolaridade dos pais e mães dos egressos. Constatou-se que a porcentagem de inserção no mercado de trabalho se torna menor quando maior o grau de escolaridade do pai (tabela 26), saindo deste padrão o grupo de egressos cujos pais possuem mestrado ou doutorado. Em relação a esse grupo, a inserção no mercado de trabalho é bastante elevada (88,89%).

TABELA 26: Relação entre escolaridade do pai e inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais.

ESCOLARIDADE DO PAI	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Ensino Fundamental	53,85% (7)	46,15% (6)	100,00% (13)
Ensino Médio	52,38% (11)	47,62% (10)	100,00% (21)
Ensino Superior	42,11% (8)	57,89% (11)	100,00% (19)
Mestrado/Doutorado	88,89% (8)	11,11% (1)	100,00% (9)
Não sei	-	100,00% (1)	100,00% (1)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Quanto ao cruzamento de dados entre escolaridade da mãe e inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais, verificou-se que a porcentagem de egressos que trabalharam na área e cujas mães possuem Ensino Superior, mestrado ou doutorado é o dobro da porcentagem entre os egressos cujas mães possuem Ensino Médio ou Ensino Fundamental (tabela 27).

TABELA 27: Relação entre escolaridade do pai e inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais.

ESCOLARIDADE DA MÃE	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Ensino Fundamental	36,36% (4)	63,64% (7)	100,00% (11)
Ensino Médio	36,36% (8)	63,64% (14)	100,00% (22)
Ensino Superior	73,91% (17)	26,09% (6)	100,00% (23)
Mestrado/Doutorado	71,43% (5)	28,57% (2)	100,00% (7)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Os graus de escolaridade de pais e mães de egressos do curso de Ciências Sociais foram analisados junto com o sexo dos egressos. A relação encontrada é que quanto maior a escolaridade dos pais e mães, maior é a proporção de mulheres encontrada nas categorias de escolaridade (tabelas 28 e 29). Essa tendência não se verifica entre os egressos cujas mães possuem mestrado ou doutorado.

TABELA 28: Relação entre escolaridade do pai e sexo dos egressos.

ESCOLARIDADE DO PAI	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
Ensino Fundamental	76,92% (10)	23,08% (3)	100,00% (13)
Ensino Médio	47,62% (10)	52,38% (11)	100,00% (21)
Ensino Superior	52,63% (10)	47,37% (9)	100,00% (19)
Mestrado/Doutorado	44,44% (4)	55,56% (5)	100,00% (9)
Não sei	-	100,00% (1)	100,00% (1)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 29: Relação entre escolaridade da mãe e sexo dos egressos.

ESCOLARIDADE DA MÃE	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
Ensino Fundamental	81,82% (9)	18,18% (2)	100,00% (11)
Ensino Médio	50,00% (11)	50,00% (11)	100,00% (22)
Ensino Superior	39,13% (9)	60,87% (14)	100,00% (23)
Mestrado/Doutorado	71,43% (5)	28,57% (2)	100,00% (7)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

4.2.5 Concomitância entre trabalho e estudo

A relação entre trabalho e estudo foi analisada juntamente com a habilitação, o período de estudo (diurno ou noturno) e a origem da renda durante a graduação. A renda foi analisada conforme a renda oriunda de familiares, emprego estável, emprego temporário e bolsa de estudo. As bolsas de estudos se caracterizam em seis categorias: a) PIBIC, b) PIBID, c) bolsa de monitoria, d) auxílio permanência, e) auxílio moradia, f) PIBE. Estas categorias de bolsas de estudos possuem as seguintes características²⁰:

a) PIBIC²¹: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é destinado à iniciação científica de estudantes em diversas modalidades (Ensino Médio, Graduação, Mestrado, Doutorado, entre outros), tendo este tipo de bolsa para estudantes de graduação o valor mensal de R\$ 400,00;

b) PIBID²²: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é destinado à iniciação docente de estudantes de licenciatura. O valor mensal da bolsa é de R\$ 400,00;

c) Bolsa de monitoria²³: segundo a Resolução Normativa nº 53/CUn/2015, esta bolsa tem como um dos objetivos “proporcionar ao monitor a possibilidade de aprofundamento

²⁰ Os valores mensais das bolsas são os valores atualizados, vigentes no mês de novembro de 2017.

²¹ <http://cnpq.br/pibic>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

²² <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

teórico e prático dos conhecimentos relacionados à disciplina com monitoria, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas à prática didática e pedagógica”. O valor mensal desta bolsa é de R\$ 434,00 (valor da bolsa de R\$364,00, acrescido do auxílio transporte equivalente a R\$70,00).

d) Bolsa estudantil UFSC²⁴: visa proporcionar auxílio financeiro aos estudantes dos cursos de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada, para a sua permanência na Universidade. O valor mensal da bolsa é de R\$ 653,60;

e) Auxílio moradia²⁵: conforme o Edital nº 11/2017/PRAE, “é um auxílio pecuniário com o objetivo de custear parcialmente os gastos com aluguel, proporcionando melhores condições para a permanência estudantil na universidade”. Esta bolsa também é destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor mensal deste auxílio é de R\$ 250,00;

f) PIBE²⁶: Programa Institucional de Bolsas de Estágio, são estágios remunerados que não possuem caráter obrigatório dentro da formação curricular do estudante. Este estágio é realizado em setores da UFSC. É comum estes estágios serem oferecidos para realização de atividades técnico-administrativas. O valor mensal desta bolsa é de R\$ 496,00 (valor da bolsa de R\$364,00, acrescido do auxílio transporte equivalente a R\$132,00)²⁷.

O cruzamento de dados entre habilitação e período de estudo demonstra que a maioria dos egressos da licenciatura e da dupla habilitação cursou a graduação no período diurno, e a maioria dos egressos do bacharelado cursou a graduação no período noturno (conforme tabela 30). Esta informação possui maior significância quando averiguado o cruzamento de dados entre período de estudo e renda oriunda de familiares. Os bacharéis possuem a menor taxa de egressos que receberam renda total ou parcial de familiares, logo, também possuem a maior taxa de egressos que não receberam nenhum auxílio de familiares. Os licenciados e os

²³ Resolução Normativa nº 53/CUn/2015, https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134499/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_53_Monitoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 18 de novembro de 2017.

²⁴ <http://prae.ufsc.br/bolsa-estudantil-ufsc/>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

²⁵ Edital n.º 11/2017/PRAE, de 29 de março de 2017, Processo Seletivo para o Programa de Auxílio Moradia UFSC – 2017.1. <http://prae.ufsc.br/files/2017/03/Edital-11-2017-Processo-seletivo-para-o-programa-aux%C3%ADlio-moradia-UFSC-2017.1.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

²⁶ <http://portal.estagios.ufsc.br/estagio/programa-de-bolsas-de-estagio/>. Acessado em 23 de novembro de 2017.

²⁷ Edital nº 21/PROGRAD/2016, Programa Institucional de Bolsas de Estágio – PIBE 2017. http://portal.estagios.ufsc.br/files/2016/10/Edital_PIBE_2017_Publicacao.pdf. Acessado em 23 de novembro de 2017.

egressos com dupla habilitação possuem as maiores taxas de egressos que contaram com a renda dos familiares, totalmente ou parcialmente (conforme tabela 31).

TABELA 30: Relação entre habilitação e período de estudo.

HABILITAÇÃO	PERÍODO DE ESTUDO		
	Diurno (totalmente ou maior parte da graduação)	Noturno (totalmente ou maior parte da graduação)	Total
Bacharelado	44,44% (16)	55,56% (20)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	57,14% (8)	42,86% (6)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)
Total	52,38% (33)	47,62% (30)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 31: Relação entre habilitação e renda oriunda de familiares.

HABILITAÇÃO	RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES			
	Não recebeu auxílio	Renda parcial	Renda total	Total
Bacharelado	33,33% (12)	50,00% (18)	16,67% (6)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	28,57% (4)	57,14% (8)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	61,54% (8)	23,08% (3)	100,00% (13)
Total	28,57% (18)	53,97% (34)	17,46% (11)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 32: Relação entre renda oriunda de familiares e período de estudo.

RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES	PERÍODO DE ESTUDO		
	Diurno (totalmente ou maior parte da graduação)	Noturno (totalmente ou maior parte da graduação)	Total
Não recebeu auxílio	22,22% (4)	77,78% (14)	100,00% (18)
Renda parcial	67,65% (23)	32,35% (11)	100,00% (34)
Renda total	54,55% (6)	45,45% (5)	100,00% (11)
Total	52,38% (33)	47,62% (30)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Cruzou-se os dados de habilitação com renda oriunda de familiares e período de estudo, e para completar a averiguação dessas relações, analisaram-se de forma combinada os dados de renda oriunda de familiares e período de estudo. Esta combinação demonstrou que a

maior parte dos egressos que recebia alguma renda de familiares estudava no período diurno e a maior parte dos egressos que não receberam este tipo de renda estudavam à noite (conforme tabela 32).

Desta forma, pode-se inferir duas tendências. A primeira é que os egressos que não possuem renda oriunda de familiares estudam à noite e a segunda demonstra que os licenciados possuem maior percentual de egressos com alguma ajuda financeira de familiares. Em relação à primeira tendência, esta implicaria a probabilidade de que os egressos tenham que dedicar o tempo diurno para trabalhar em empregos que lhe garantam uma parcela considerável, ou a maior parte, da renda, não buscando fontes de renda menos atrativas como bolsas de estudos. Dessa forma os bacharéis, que possuem o maior percentual de egressos que não recebem nenhuma renda da família, se aproximariam nesta tendência. Sobre a segunda tendência, ela se configura com a probabilidade de os licenciados se dedicarem a projetos na universidade como o PIBID ou PIBIC, ou até mesmo utilizarem das bolsas de estudo para complementarem a renda advinda de familiares.

Para verificar estas duas tendências, utilizou-se os dados sobre emprego estável, emprego temporário, bolsa PIBIC, PIBID ou monitoria e bolsa de auxílio moradia, auxílio permanência ou PIBE. Separaram-se as bolsas de estudos em duas categorias pelo entendimento de que uma categoria estaria diretamente mais ligada à formação acadêmica (PIBIC, PIBID e monitoria) e a outra categoria não estaria diretamente ligada à formação acadêmica (auxílio moradia, auxílio permanência e PIBE²⁸), mas sim à questão de permanência estudantil.

Averiguando a relação entre emprego estável durante a graduação e habilitação constatou-se que metade dos bacharéis teve emprego estável durante a graduação, e entre os licenciados e egressos com dupla habilitação a parcela foi de 30,77% e 35,71%,

²⁸ Em estudo sobre o PIBE na UFSC, Levi et al (2014) afirmam que este tipo de bolsa está relacionada à necessidade de assistência estudantil e à precarização das funções técnicas da universidade. “Dessa forma, enquanto se pretende, por meio das bolsas de estágio, promover a articulação eficiente entre formação, trabalho e assistência, o que pode estar ocorrendo é: 1) a precarização da formação, tendo em vista que por vez a carga de trabalho exigida ocupa o tempo destinado aos estudos acadêmicos e suas atividades correlatas; 2) a precarização do trabalho, levando-se em conta que por si só o regime de contratação é temporário e sem qualquer garantia trabalhista, ao mesmo tempo em que, a atuação do estagiário, indiretamente, suprime um posto de trabalho de um servidor público; 3) a precarização da própria assistência, além da perversão de seu sentido, pois apesar de anunciada como assistência, se estabelece uma contrapartida em termos de trabalho, o que implica a não promoção da efetiva igualdade de condições para a formação desses jovens em relação aos que não necessitam de assistência. Não obstante, 4) a precarização do próprio serviço público nos setores da instituição universitária, considerando que o serviço prestado no setor passa a ser prestado por um profissional ainda em formação e, muitas vezes, sem que sua formação esteja devidamente ajustada à sua atuação como bolsista.” (LEVI ET AL, 2014, P. 327)

respectivamente (tabela 33). Há uma grande relação entre emprego estável e renda proveniente da família. Quanto mais ajuda financeira da família, menos o egresso recorreu a empregos estáveis, conforme apresentado na tabela 34.

TABELA 33: Relação entre habilitação e emprego estável durante a graduação.

HABILITAÇÃO	EMPREGO ESTÁVEL		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	50,00% (18)	50,00% (18)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	35,71% (5)	64,29% (9)	100,00% (14)
Licenciatura	30,77% (4)	69,23% (9)	100,00% (13)
Total	42,86% (27)	57,14% (36)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 34: Relação entre renda oriunda de familiares e emprego estável durante a graduação.

RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES	EMPREGO ESTÁVEL		
	Sim	Não	Total
Não recebeu auxílio	72,22% (13)	27,78% (5)	100,00% (18)
Renda parcial	35,29% (12)	64,71% (22)	100,00% (34)
Renda total	18,18% (2)	81,82% (9)	100,00% (11)
Total	42,86% (27)	57,14% (36)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

A incidência alta de bacharéis, comparada a licenciados e egressos com dupla habilitação, que tiveram emprego estável durante a graduação é compatível com a maior incidência de bacharéis no período noturno e de bacharéis, comparada a licenciados e egressos com dupla habilitação, que não contaram com a ajuda financeira da família durante a graduação.

Além do emprego estável, há o emprego temporário como forma de obter renda. A princípio havia se denominado o emprego estável no questionário como o emprego com carteira assinada. Mas ainda na versão de teste do questionário se questionou a possibilidade de haver um emprego estável sem carteira assinada, como o de autônomo por exemplo. Assim, esta categoria se tornou mais ampla, denominado várias formas de obter renda de forma constante. Já o emprego temporário se caracteriza pela não-continuidade ou a não-garantia de renda. Também se cruzou esta categoria com a habilitação e com a renda oriunda da família. Dos bacharéis, 55,56% afirmaram que tiveram algum tipo de emprego temporário

durante a graduação, enquanto a mesma afirmação foi feita por 78,57% dos egressos com dupla habilitação e 61,54% dos licenciados (tabela 35). A porcentagem de egressos que tiveram emprego temporário é menor entre os egressos que não receberam auxílio financeiro da família (tabela 36).

TABELA 35: Relação entre habilitação e emprego temporário durante a graduação.

HABILITAÇÃO	EMPREGO TEMPORÁRIO		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	55,56% (20)	44,44% (16)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)
Licenciatura	61,54% (8)	38,46% (5)	100,00% (13)
Total	61,90% (39)	38,10% (24)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 36: Relação entre renda oriunda de familiares e emprego temporário durante a graduação.

RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES	EMPREGO TEMPORÁRIO		
	Sim	Não	Total
Não recebeu auxílio	38,89% (7)	61,11% (11)	100,00% (18)
Renda parcial	79,41% (27)	20,59% (7)	100,00% (34)
Renda total	45,45% (5)	54,55% (6)	100,00% (11)
Total	61,90% (39)	38,10% (24)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Este último dado pode ser interpretado pelo fato de que o emprego temporário, a princípio, serve como complemento de renda, não como fonte principal de renda. Desta forma, a procura maior seria entre os egressos que possuem alguma renda proveniente da família, pois estes utilizariam este tipo de emprego para aumentar ou completar o auxílio financeiro oferecido, enquanto os egressos que não recebem auxílio da família tendem a ter um emprego estável, por vezes sem necessidade de complementação de renda ou em razão da falta de tempo para conciliar estudo, emprego estável e emprego temporário. Já o fato de a taxa de egressos com emprego temporário ser menor entre os bacharéis pode ser explicado pela constatação de bacharéis possuem as menores taxas de egressos com algum auxílio financeiro da família e as maiores taxas de egressos que tiveram emprego estável durante a graduação.

Um panorama parecido com o do emprego temporário pode ser traçado com o de bolsas de estudos de formação acadêmica (PIBIC, PIBID, monitoria). Também neste panorama os bacharéis possuem a menor taxa de egressos que tiveram este tipo de bolsa de estudos (tabela 37) e os egressos que não receberam renda oriunda da família possuem a menor taxa de participantes nessas bolsas de estudo (tabela 38). Pode-se considerar a possibilidade de que essas bolsas de estudos, além de contribuírem para a formação acadêmica dos egressos, são requisitadas como forma de complementação de renda.

TABELA 37: Relação entre habilitação e bolsas de estudo de formação acadêmica (PIBIC, PIBID, monitoria).

HABILITAÇÃO	PIBIC, PIBID ou monitoria		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	44,44% (16)	55,56% (20)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	85,71% (12)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	61,54% (8)	38,46% (5)	100,00% (13)
Total	57,14% (36)	42,86% (27)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 38: Relação entre renda oriunda de familiares e bolsas de estudo de formação acadêmica (PIBIC, PIBID, monitoria).

RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES	PIBIC, PIBID ou monitoria		
	Sim	Não	Total
Não recebeu auxílio	27,78% (5)	72,22% (13)	100,00% (18)
Renda parcial	70,59% (24)	29,41% (10)	100,00% (34)
Renda total	63,64% (7)	36,36% (4)	100,00% (11)
Total	57,14% (36)	42,86% (27)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Diferente das bolsas de estudos, que além de contribuírem para a formação acadêmica auxiliam na renda dos estudantes, existem as bolsas de permanência estudantil (auxílio moradia, bolsa estudantil e PIBE) que tem como objetivo central auxiliar contribuir com a renda dos estudantes. Em relação a este tipo de bolsa, analisando as tabelas 39 e 40, pode-se afirmar que os dados sobre as bolsas de permanência estudantil seguem as mesmas tendências dos dados de bolsas de formação acadêmica e de emprego temporário.

TABELA 39: Relação entre habilitação e bolsas de estudos de permanência estudantil (auxílio moradia, bolsa estudantil UFSC, PIBE).

HABILITAÇÃO	Bolsa de auxílio moradia, bolsa estudantil UFSC ou PIBE		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	27,78% (10)	72,22% (26)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	71,43% (10)	28,57% (4)	100,00% (14)
Licenciatura	30,77% (4)	69,23% (9)	100,00% (13)
Total	38,10% (24)	61,90% (39)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 40: Relação entre renda oriunda de familiares e bolsas de estudos de permanência estudantil (auxílio moradia, bolsa estudantil UFSC, PIBE).

RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES	Bolsa de auxílio moradia, auxílio permanência ou PIBE		
	Sim	Não	Total
Não recebeu auxílio	27,78% (5)	72,22% (13)	100,00% (18)
Renda parcial	55,88% (19)	44,12% (15)	100,00% (34)
Renda total	-	100,00% (11)	100,00% (11)
Total	38,10% (24)	61,90% (39)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Porém, deve-se fazer uma observação além das já feitas anteriormente sobre essas tendências. Algumas destas bolsas de permanência estudantil (auxílio moradia e bolsa estudantil) exigem um fator de vulnerabilidade socioeconômica para a sua obtenção. Desta forma, estudantes com renda total de familiares (que se supõe que há uma correlação significativa entre o fato de a família possuir uma condição financeira não-vulnerável, considerando as condições necessárias para a declaração de vulnerabilidade e o custo de vida de um estudante em Florianópolis) e com nenhuma renda proveniente de familiares (sendo que metade destes tiveram emprego estável durante a graduação) apresentam maior dificuldade de conseguir estes tipo de bolsa de estudo, devido à dificuldade, ou a impossibilidade, de apresentar um perfil de vulnerabilidade socioeconômica.

Uma última observação sobre renda durante a graduação deve ser feita, esta em relação aos egressos com dupla habilitação. Percebe-se, nas análises das tabelas de emprego

temporário, bolsas de estudo de formação acadêmica e de permanência estudantil, a elevada taxa desses egressos que contaram com estas formas de renda. Isso pode ser explicado por dois fatores. O primeiro é o fato de os egressos em dupla habilitação possuírem a segunda maior taxa de egressos que não receberam nenhum auxílio financeiro de familiares e a menor taxa de egressos que tiveram sua renda inteira proveniente de familiares. Desta forma, boa parte desses egressos obteve renda parcial oriunda de familiares, mas precisou complementá-la com as já citadas formas de complementação de renda.

4.2.6 Autoidentificação político-ideológica

A análise de dados sobre identificação político-ideológica dos egressos foi feita com base em uma autodefinição dos egressos no espectro direita-esquerda, com as opções extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda, extrema-esquerda²⁹. Entre os bacharéis, 77,79% afirmaram estar no campo da esquerda (centro-esquerda, esquerda, extrema-esquerda), e esta mesma afirmação foi feita por 85,72% dos egressos com dupla habilitação e 92,30% dos licenciados (tabela 41).

Constata-se que a licenciatura possui mais pessoas no campo de esquerda do que o bacharelado. Além disso, retirando-se a parcela de egressos de centro-esquerda, verifica-se que os licenciados são mais radicalizados no campo da esquerda do que os bacharéis. Ao fazer esta subtração, permanecem no campo da esquerda 47,23% dos bacharéis, 71,43% dos egressos com dupla habilitação e 84,61% dos licenciados. Para analisar este panorama, cruzou-se a autoidentificação política-ideológica com a inserção no mercado de Ciências Sociais e o motivo de escolha da habilitação. No primeiro cruzamento de dados, observou-se que a posição de centro, centro-esquerda e de esquerda possuem maior porcentagem de inserção no mercado de trabalho, com 80,00%, 42,86 e 60,61%, respectivamente (tabela 42).

²⁹ As definições dos dois polos deste espectro, esquerda e direita, costumam ter caracterizações específicas que dependem da cultura, época histórica, país, entre outros. Mas há uma definição que permeia toda a esquerda e toda a direita em todo o mundo, que é a diferença de concepção em relação à economia capitalista. Para a direita, o capitalismo tem mecanismos de autorregulação, e para que esta exista é necessária a liberdade econômica, o livre mercado, para que as leis econômicas do capitalismo hajam livremente. Para a esquerda, o capitalismo não só não se autorregula como gera desigualdade econômica e social, desta forma a sociedade deve agir para diminuir e/ou acabar com estas desigualdades.

TABELA 41: Relação entre habilitação e posição política.

POSIÇÃO POLÍTICA	HABILITAÇÃO			Total
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	
Direita	2,78% (1)	-	-	1,59% (1)
Centro-direita	2,78% (1)	7,14% (1)	-	3,17% (2)
Centro	8,33% (3)	7,14% (1)	7,69% (1)	7,94% (5)
Centro-esquerda	30,56% (11)	14,29% (2)	7,69% (1)	22,22% (14)
Esquerda	41,67% (15)	57,14% (8)	76,92% (10)	52,38% (33)
Extrema-esquerda	5,56% (2)	14,29% (2)	7,69% (1)	7,94% (5)
Não sei	8,33% (3)	-	-	4,76% (3)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 42: Relação entre inserção no mercado de trabalho e posição política.

POSIÇÃO POLÍTICA	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS		
	Sim	Não	Total
Direita	-	100,00% (1)	100,00% (1)
Centro-direita	-	100,00% (2)	100,00% (2)
Centro	80,00% (4)	20,00% (1)	100,00% (5)
Centro-esquerda	42,86% (6)	57,14% (8)	100,00% (14)
Esquerda	60,61% (20)	39,39% (13)	100,00% (33)
Extrema-esquerda	40,00% (2)	60,00% (3)	100,00% (5)
Não sei	66,67% (2)	33,33% (1)	100,00% (3)
Total	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

FONTE: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o motivo da escolha da habilitação, percebeu-se que entre os egressos autodenominados de centro-direita, metade relatou não ter interesse na docência e metade a preocupação com mercado de trabalho (tabela 43). Entre os egressos de centro, 60,00% relataram interesse em pesquisa, sendo a maior porcentagem nesta categoria entre as posições político-ideológicas, e 40,00% relataram que escolheram por causa do mercado de trabalho. Entre os egressos de centro-esquerda, 35,71% responderam que escolheram a habilitação porque não queriam dar aula, 21,43% responderam que tinham interesse na pesquisa e a mesma proporção respondeu que a escolha se deu devido ao mercado de trabalho. Entre os egressos de esquerda, 21,21% responderam interesse em pesquisa, 18,18% responderam que a escolha foi motivada pelo mercado de trabalho e a mesma proporção, 18,18%, respondeu que queria dar aula. Sobre esta última proporção, os únicos egressos que demonstraram que a

escolha da habilitação foi motivada pela vontade de lecionar foram os egressos autodenominados de esquerda.

TABELA 43: Relação entre posição política e motivo da escolha pela habilitação.

MOTIVO DA ESCOLHA	POSIÇÃO POLÍTICA							Total
	D	CD	C	CE	E	EE	NS	
Interesse em pesquisa	-	-	60,00% (3)	21,43% (3)	21,21% (7)	-	33,33% (1)	22,22% (14)
Não quer dar aula	-	50,00% (1)	-	35,71% (5)	12,12% (4)	40,00% (2)	33,33% (1)	20,63% (13)
Mercado de trabalho	-	50,00% (1)	40,00% (2)	21,43% (3)	18,18% (6)	-	-	19,05% (12)
Quer dar aula	-	-	-	-	18,18% (6)	-	-	9,52% (6)
Interesse em dupla habilitação	-	-	-	-	9,09% (3)	20,00% (1)	-	6,35% (4)
Mais rápido	-	-	-	-	9,09% (3)	-	-	4,76% (3)
Mais teoria	100,00% (1)	-	-	-	3,03% (1)	-	-	3,17% (2)
Interesse pessoal	-	-	-	-	-	20,00% (1)	33,33% (1)	3,17% (2)
Interesse profissional	-	-	-	14,29% (2)	-	-	-	3,17% (2)
Outros	-	-	-	7,14% (1)	9,09% (3)	20,00% (1)	-	7,94% (5)
Total	100,00% (1)	100,00% (2)	100,00% (5)	100,00% (14)	100,00% (33)	100,00% (5)	100,00% (3)	100,00% (63)

Legenda: D – direita, CD – centro-direita, C – centro, CE – centro-esquerda, E – esquerda, EE – extrema-esquerda, NS – não sabe.

FONTE: Elaborado pelo autor.

4.2.7 Outros fatores

Alguns fatores que não foram elaborados como eixos de análise e devem ser mencionados pela sua significância dizem respeito ao motivo pela escolha da habilitação, pós-graduação, atividade profissional exercida atualmente, atividade exercida na área de Ciências Sociais e setor em que esta atividade foi exercida. As tabelas que demonstram estes fatores estão presentes no Apêndice 2.

Perguntados sobre o motivo da escolha da habilitação, responderam que tinham interesse em pesquisa 36,11% dos bacharéis e 7,14% dos egressos com dupla habilitação (Apêndice 2, questão 12). A rejeição à docência como motivo da escolha da habilitação foi apresentada por 36,11% dos bacharéis, e a vontade de dar aula foi apresentada como motivação por 7,14% dos egressos com dupla habilitação e 38,46% dos licenciados. A preocupação com a inserção no mercado de trabalho foi apresentada por 50,00% dos egressos em dupla habilitação e 38,36% dos licenciados como fator que influenciou a escolha da habilitação. Os egressos em dupla habilitação demonstraram interesse em obter dupla habilitação (28,57%), sem explicar a razão pela qual tinham este interesse. O interesse em pesquisa foi citado por 36,11% dos bacharéis, e por 7,14% dos egressos com dupla habilitação.

Possuem pós-graduação metade dos bacharéis, 78,57% dos egressos com dupla habilitação e 69,23% dos licenciados (Apêndice 2, questão 17). Destes egressos, possuem mestrado 61,11% dos bacharéis, 81,82% dos egressos com dupla habilitação e 55,56% dos licenciados. Em relação à área de estudo da pós-graduação, permaneceram na área de Ciências Sociais metade dos bacharéis, 63,64% dos egressos com dupla habilitação e 55,56% dos licenciados.

Sobre a atividade profissional atual, responderam ser estudantes 44,44% dos bacharéis, 42,86% dos egressos com dupla habilitação e 46,15% dos licenciados (Apêndice 2, questão 18). Denominaram-se professores 5,56% dos bacharéis, 35,71% dos egressos com dupla habilitação e 15,38% dos licenciados. O serviço público como atividade profissional foi relatada por 13,89% dos bacharéis e 7,69% dos licenciados.

Em relação à atividade profissional que exerceu na área de Ciências Sociais, a docência no Ensino Médio foi confirmada por 21,43% dos bacharéis, 72,73% dos egressos com dupla habilitação e 33,33% dos licenciados. A pesquisa foi apresentada como atividade profissional por 28,57% dos bacharéis, 45,45% dos egressos com dupla habilitação e 55,56% dos licenciados (Apêndice 2, questão 20). O setor da sociedade onde esta atividade se exerceu foi o Ensino Público para 42,86% dos bacharéis, 81,82% dos egressos com dupla habilitação e 55,56% dos licenciados, e a pesquisa em órgão público para 7,14% dos bacharéis, 18,18% dos egressos com dupla habilitação e 33,33% dos licenciados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a questão de gênero e a escolha da habilitação, verificou-se que as mulheres possuem maior taxa de inserção no mercado de trabalho do que os homens, que a licenciatura e dupla habilitação possuem maiores taxas de inserção no mercado de trabalho e que estas habilitações possuem maiores porcentagens de mulheres do que o bacharelado. Entre os bacharéis, os homens têm maior parcela de inserção no mercado de trabalho do que as mulheres, diferente do resultado entre os licenciados, em que a situação se inverte, e entre os egressos com dupla habilitação, em que homens e mulheres têm taxas de inserção no mercado de trabalho parecidas e bastante elevadas. Estudada a relação de gênero e renda, notou-se que mulheres possuem maior incidência de renda nas faixas salariais de até 2 salários mínimos que os homens, e nas faixas salariais superiores a situação se inverte.

Entre as habilitações não há grande variação de idades, apenas com detalhe para uma maior taxa de egressos com mais de 35 anos entre os bacharéis. Verificado o motivo pela escolha da habilitação, as faixas etárias mais jovens demonstraram preocupação com o mercado de trabalho e rejeição da atividade docente.

O incentivo à licenciatura e ao bacharelado é consideravelmente maior entre os egressos que possuem parentesco com pesquisadores ou professores. Entretanto, este fato não influencia na inserção no mercado de trabalho, pois a inserção no mercado de trabalho, comparada com a dos egressos que não têm parentes com estas profissões, é pouco maior entre os egressos com parentes professores e menor entre os egressos com parentes professores e pesquisadores, e entre os egressos com dupla habilitação é muito maior, porém estes egressos representam um número muito pequeno de pessoas.

A escolaridade dos pais e mães é relativamente alta, mais da metade dos pais e das mães possuem Ensino Superior completo, mestrado ou doutorado. As mães dos egressos possuem escolaridade maior que os pais. O incentivo ao bacharelado não é maior ou menor entre as faixas de escolaridade dos pais, com exceção dos pais com mestrado ou doutorado, e o incentivo à licenciatura aumenta conforme a escolaridade da mãe aumenta. Confrontados os dados de escolaridade dos pais e a inserção no mercado de trabalho, não há grande variação, exceto entre os egressos com pais mães com mestrado ou doutorado, pois este grupo possui grande taxa de inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais. Quando verificadas as

informações sobre a escolaridade da mãe, a porcentagem de inserção no mercado de trabalho dos egressos com mães que têm Ensino Superior completo, mestrado e/ou doutorado é o dobro dos egressos cujas mães possuem no máximo Ensino Médio completo. Também foi verificada a relação entre escolaridade dos pais e mães e a porcentagem de mulheres entre os egressos. Constatou-se que quanto maior a escolaridade dos pais e mães, maior é a proporção de mulheres egressas.

A maioria dos licenciados e egressos com dupla habilitação estudou a graduação no período diurno e a maioria dos bacharéis estudou no período noturno. Esta relação foi comparada com os fatores de renda oriunda de familiares e foi verificado que os bacharéis possuem a menor taxa de egressos que contaram com algum tipo de auxílio financeiro de familiares, que a maioria dos egressos que receberam algum tipo de renda de familiares estudou no período diurno e que a maioria dos que não receberam estudou à noite. Desta forma, traçaram-se duas tendências: a de que os egressos que não receberam renda de familiares estudaram à noite, e entre os bacharéis a maioria se encaixaria neste panorama, e a de que os egressos que receberam renda de familiares estudaram durante o dia, e a maioria dos licenciados e egressos com dupla habilitação se encontraria neste quadro.

Para ratificar estas tendências, utilizou-se dos dados sobre emprego estável, emprego temporário, bolsas de estudos de formação acadêmica e bolsas de estudo de permanência estudantil. O emprego estável durante a graduação foi praticado por metade dos bacharéis, e entre licenciados e egressos com dupla habilitação esta porcentagem foi menor. O emprego temporário durante a graduação teve maior incidência entre licenciados e egressos com dupla habilitação. As bolsas de estudos de formação acadêmica (PIBID, PIBIC, monitoria) foram recebidas por mais da metade dos licenciados e egressos com dupla habilitação e menos da metade dos bacharéis, e as bolsas de estudos de permanência estudantil (auxílio moradia, bolsa estudantil UFSC, PIBE) foram recebidas por mais da metade dos egressos com dupla habilitação e menos da metade dos bacharéis e licenciados, mas mesmo assim a taxa entre os licenciados é maior do que entre os bacharéis.

Sobre a autoidentificação político-ideológica dos egressos, notou-se que os licenciados e egressos com dupla habilitação possuem maior porcentagem de respostas no campo de esquerda (centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda) do que os bacharéis. Excluindo a parcela de egressos de centro-esquerda, a diferença é maior, mostrando maior polarização à esquerda dos egressos de licenciatura e dupla habilitação. Relativamente ao motivo de escolha

da habilitação, a resposta mais presente entre os egressos de centro e os de esquerda é o interesse em pesquisa, e entre os egressos de centro-esquerda é a rejeição da atividade docente. O interesse em dar aula só se apresenta entre os egressos de esquerda.

O motivo da escolha da habilitação mais citado pelos egressos com dupla habilitação foi a preocupação com o mercado de trabalho, pelos licenciados foi a atividade docente e entre os bacharéis foram, na mesma proporção, a rejeição da atividade docente e o interesse pela pesquisa.

A pós-graduação é uma formação realizada pela maioria dos egressos, com maior porcentagem de incidência entre os licenciados e dupla habilitação. Entre os egressos pós-graduados, metade destes possui mestrado, e metade realizou os estudos na área de Ciências Sociais.

Quando perguntados sobre a atividade profissional atual, quase metade dos egressos respondeu que é estudante. A segunda resposta mais citada pelos licenciados e egressos com dupla habilitação foi professor e pelos bacharéis foi servidor público. Sobre o exercício de atividade profissional na área de Ciências Sociais, entre os que responderam já terem trabalhado na área, as atividades mais citadas foram docência e pesquisa, realizadas majoritariamente em instituições de pesquisa ou ensino públicas. Os licenciados e egressos com dupla habilitação representam as maiores porcentagens de atividade tanto na docência quanto na pesquisa.

Deste panorama, percebe-se que na licenciatura há a tendência de os egressos serem autoidentificados mais à esquerda do espectro político, de haver egressos mais jovens, maior inserção no mercado de trabalho, maior relação com o gênero feminino e mais participação financeira de familiares na formação dos egressos. No bacharelado a tendência entre egressos é inversa da licenciatura nestes quesitos.

As expectativas de habilitação e mercado de trabalho entre os licenciados demonstram haver maior preocupação com o mercado de trabalho e de permanecer na área de Ciências Sociais e entre os bacharéis há um interesse em conhecimento pessoal e em pesquisa. Os licenciados se denominam pertencentes ao campo da esquerda política com maior incidência e ênfase provavelmente pelas questões educacionais, de onde são derivadas as discussões sobre educação pública, cidadania, direitos sociais, etc.

A relação entre licenciatura e o gênero feminino se explica pelas questões históricas da docência brasileira. A licenciatura parece ser encarada pelos egressos como formação profissional, enquanto o bacharelado se evidencia como um interesse intelectual e acadêmico e uma formação acadêmica necessária para a inserção no funcionalismo público. O fato de o bacharelado possuir uma idade média dos egressos um pouco mais alta demonstra que estes egressos não possuem uma preocupação com a inserção no mercado de trabalho de Ciências Sociais provavelmente porque já estão inseridos em outras categorias de trabalho. Para comprovar isso, demonstra-se a maior incidência de emprego estável durante a graduação entre os bacharéis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, LEI 11.684 de 02 de junho de 2008. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm > acesso 02/06/2015.
- BRASIL. LEI 6.888 de 10 de dezembro de 1980. Disponível em < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6888&tipo_norma=LEI&data=19801210&link=s > acesso em 31/05/2015.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.
- GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, São Paulo, 2011.
- LEVI, T. C.; SILVEIRA, T. G. ; BRUNETTA, A. A. . Formação, trabalho ou assistência? Panorama e crítica do estágio não-obrigatório na UFSC. **Revista da ABET** (Impresso), v. 13, p. 335-346, 2014.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/ Editora Vértice/ FINEP, 1989; (Volume 1).
- _____. A Fundação Ford e os Cientistas Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.
- MICK, Jacques; DIAMICO, Manuela S.; LUZ, Joel Rosa. O perfil do egresso do curso de Ciências Sociais da UFSC (2000-2009). **Mosaico Social**, ano 6, 2012- pp. 347-386.
- SAFFIOTI, Heleieth (1969). A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes apud GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, São Paulo, 2011.
- SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELLI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995 – pp. 310-339.
- SOUZA, Mara Suzana de, Horizontes Nebulosos : **Possibilidades de atuação extra- acadêmica dos egressos do curso de ciências sociais UFSC currículo 2007**, 2015, 99 páginas, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- UNIVERSIDADE FERDERAL DE SANTA CATARINA. **Curso de Ciências Sociais – Projeto Político Pedagógico**. Florianópolis, 2006. Disponível em: < <http://cienciassociais.ufsc.br/projeto-politico-pedagogico/> > Acesso em: 29/05/2015.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 17-18, p. 81-103, 2002.
- ZAROR, Patrício Enrique Dacaret. **Perspectivas profissionais do Sociólogo**: considerações sobre o debate atual. Florianópolis, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

Identificação

- 1) Idade:
- 2) Sexo: Masculino Feminino
- 3) Qual a escolaridade de seu pai? Alfabetizado; Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Fundamental completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino superior incompleto; Ensino Superior Completo; Pós-Graduação; Não sei.
- 4) Qual a escolaridade de sua mãe? Alfabetizado; Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Fundamental completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino superior incompleto; Ensino Superior Completo; Pós-Graduação; Não sei.
- 5) Você tem parentes professores ou pesquisadores acadêmicos? Se sim, qual a função (professor ou pesquisador?) e qual o grau de parentesco.
- 6) Como você se identifica politicamente? extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda, extrema-esquerda, apolítico, não sei.

Graduação

- 7) Em qual semestre você ingressou no curso de Ciências Sociais?
- 8) Em qual semestre você se formou no curso de Ciências Sociais?
- 9) Você cursou a graduação em que período? diurno (totalmente ou maior parte da graduação), noturno (totalmente ou maior parte da graduação).
- 10) Qual sua habilitação no curso de Ciências Sociais? Bacharelado Licenciatura Bacharelado e Licenciatura
- 11) Por que você escolheu esta habilitação em Ciências Sociais?
- 12) Qual sua avaliação do curso de Ciências Sociais do período em que você o cursou? Ótima Boa Regular Ruim Péssima
- 13) Você possui outra graduação? Sim Não

14) Se sim, esta outra graduação em relação ao curso de Ciências Sociais é: Anterior Concomitante (ao mesmo tempo) Posterior

15) Se sim, qual sua outra graduação?

Inserção no mercado de trabalho

16) Você já trabalhou na área de Ciências Sociais? Sim Não

17) Se sim, qual atividade que você desenvolveu? Professor (a) universitário Professor (a) de Ensino Médio Assessor (a) Empresário (a) Pesquisador (a) Consultor (a) Gestor (RH, políticas públicas) Outro:

18) Em que tipo de empresa/organização você trabalhou? Ensino público Ensino privado Pesquisa em órgão público Pesquisa em empresa privada Sindicato/partido político Autônomo/freelancer ONG Outro

19) Qual a relação de sua carreira profissional com o curso de Ciências Sociais? Alta Média Baixa Nula

20) Qual sua faixa salarial tomando o salário mínimo nacional como referência (937,00)? Até um salário mínimo (até R\$ 937,00) De um a dois salários mínimos (R\$ 937 – R\$ 1.874) De dois a três salários mínimos (R\$ 1.874 – R\$ 2.811) De três a quatro salários mínimos (R\$ 2.811 – R\$ 3.748) De quatro a cinco salários mínimos (R\$ 3.748 – R\$ 4.685) De cinco a seis salários mínimos (R\$ 4.685 – R\$ 5.622) De seis a oito salários mínimos (R\$ 5.622 – R\$ 7.496) De oito a dez salários mínimos (R\$ 7.496 – R\$ 9.370) Acima de dez salários mínimos (acima de R\$ 9.370) Não possuo renda

21) Você encontrou dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho como cientista social? Sim Não Não tentei

22) Avalie o grau de dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho das Ciências Sociais. Muito alta Alta Média Baixa Muito baixa Nula

23) Você possui registro profissional de sociólogo (DRT)? Sim Não

24) Você está vinculado a alguma associação representativa de classe das Ciências Sociais (Anpocs, SBS, ABA, ABECS, etc)? Sim Não

25) Se sim, qual?

Renda e incentivos durante a graduação

- 26) Sobre a sua fonte de renda durante a graduação, o auxílio que você recebeu dos pais/familiares foi: renda total; renda parcial; não recebeu auxílio;
- 27) Você teve emprego com carteira assinada durante a graduação? sim; não.
- 28) Você teve emprego temporário (*freelancer*) durante a graduação? sim, não.
- 29) Você teve alguma bolsa PIBIC, PIBID e/ou monitoria durante a graduação? sim, não.
- 30) Você teve alguma bolsa de auxílio moradia, auxílio permanência e/ou estágio não-obrigatório? sim, não.
- 31) Você participou de algum PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)? Por quê? Se sim, por quanto tempo?
- 32) Você participou do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)? Por quê? Se sim, por quanto tempo?
- 33) Houve incentivos durante a graduação (familiares, amigos, professores, universidade, etc) para fazer bacharelado?
- 34) Houve incentivos durante a graduação (familiares, amigos, professores, universidade, etc) para fazer licenciatura?

APÊNDICE B: TABELAS DE RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

NOTA: a maioria das questões do questionário está apresentada na forma cruzada com a informação da habilitação (licenciatura, bacharelado e dupla habilitação) dos egressos. Os resultados de todos os egressos, independente de habilitação, estão apresentados na parte denominada “total”. Algumas questões não tiveram seus dados cruzados pois julgou-se desnecessário ou irrelevante.

QUESTÃO 1: Idade

HABILITAÇÃO	IDADE				Total
	até 25 anos	de 26 a 29 anos	de 30 a 35 anos	acima de 35 anos	
Bacharelado	27,78% (10)	38,89% (14)	19,44% (7)	13,89% (5)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	21,43% (3)	50,00% (7)	28,57% (4)	-	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	53,85% (7)	23,08% (3)	7,69% (1)	100,00% (13)
Total	23,81% (15)	44,44% (28)	22,22% (14)	9,52% (6)	100,00% (63)

QUESTÃO 2: Sexo

HABILITAÇÃO	SEXO		
	Feminino	Masculino	Total
Bacharelado	38,89% (14)	61,11% (22)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	64,29% (9)	35,71% (5)	100,00% (14)
Licenciatura	46,15% (6)	53,85% (7)	100,00% (13)
Total	46,03% (29)	53,97% (34)	100,00% (63)

QUESTÃO 3: Qual a escolaridade do seu pai?

HABILITAÇÃO	ESCOLARIDADE DO PAI					Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado/Doutorado	Não sei	
Bacharelado	27,78% (10)	25,00% (9)	36,11% (13)	8,33% (3)	2,78% (1)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	21,43% (3)	42,86% (6)	7,14% (1)	28,57% (4)	-	100,00% (14)
Licenciatura	-	46,15% (6)	38,46% (5)	15,38% (2)	-	100,00% (13)
Total	20,63% (13)	33,33% (21)	30,16% (19)	14,29% (9)	1,59% (1)	100,00% (63)

QUESTÃO 4: Qual a escolaridade da sua mãe?

HABILITAÇÃO	ESCOLARIDADE DA MÃE				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado/Doutorado	
Bacharelado	16,67% (6)	41,67% (15)	27,78% (10)	13,89% (5)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	14,29% (2)	28,57% (4)	57,14% (8)	-	100,00% (14)
Licenciatura	23,08% (3)	23,08% (3)	38,46% (5)	15,38% (2)	100,00% (13)
Total	17,46% (11)	34,92% (22)	36,51% (23)	11,11% (7)	100,00% (63)

QUESTÃO 5: Você tem parentes professores ou pesquisadores acadêmicos? Se sim, qual a função (professor ou pesquisador?) e qual o grau de parentesco.

HABILITAÇÃO	PARENTES PROFESSORES E/OU PESQUISADORES				Total
	Não	Sim, pesquisadores	Sim, professores	Sim, pesquisadores e professores	
Bacharelado	63,89% (23)	-	16,67% (6)	19,44% (7)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	50,00% (7)	14,29% (2)	21,43% (3)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	-	23,08% (3)	7,69% (1)	100,00% (13)
Total	61,90% (39)	3,17% (2)	19,05% (12)	15,87% (10)	100,00% (63)

QUESTÃO 6: Como você se identifica politicamente?

POSIÇÃO POLÍTICA	HABILITAÇÃO			
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Total
Direita	2,78% (1)	-	-	1,59% (1)
Centro-direita	2,78% (1)	7,14% (1)	-	3,17% (2)
Centro	8,33% (3)	7,14% (1)	7,69% (1)	7,94% (5)
Centro-esquerda	30,56% (11)	14,29% (2)	7,69% (1)	22,22% (14)
Esquerda	41,67% (15)	57,14% (8)	76,92% (10)	52,38% (33)
Extrema-esquerda	5,56% (2)	14,29% (2)	7,69% (1)	7,94% (5)
Não sei	8,33% (3)	-	-	4,76% (3)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

QUESTÃO 7: Em qual semestre você ingressou no curso de Ciências Sociais?

Semestre de ingresso	Nº de egressos	Porcentagem
2013.1	2	3,17%
2012.2	3	4,76%
2012.1	5	7,94%
2011.2	7	11,11%
2011.1	4	6,35%
2010.2	5	7,94%
2010.1	6	9,52%
2009.2	1	1,59%
2009.1	8	12,70%
2008.2	5	7,94%
2008.1	6	9,52%
2007.2	4	6,35%
2007.1	2	3,17%
antes de 2007.1	5	7,94%
Total	63	100,00%

QUESTÃO 8: Em qual semestre você se formou no curso de Ciências Sociais?

Semestre de egresso	Nº de egressos	Porcentagem
2017.1	1	1,59%
2016.2	8	12,70%
2016.1	5	7,94%
2015.2	11	17,46%
2015.1	5	7,94%
2014.2	9	14,29%
2014.1	7	11,11%
2013.2	8	12,70%
2013.1	7	11,11%
2012.2	1	1,59%
2011.1	1	1,59%
Total	63	100,00%

QUESTÃO 9: Por que você optou por cursar Ciências Sociais?

MOTIVO	HABILITAÇÃO			Total
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	
Interesse na área	58,33% (21)	64,29% (9)	69,23% (9)	61,90% (39)
Interesse por Ciência Política	8,33% (3)	14,29% (2)	7,69% (1)	9,52% (6)
Ensino Médio	8,33% (3)	7,14% (1)	7,69% (1)	7,94% (5)
Trabalhava na área	8,33% (3)	-	-	4,76% (3)
Influências de pessoas da área	8,33% (3)	-	-	4,76% (3)
Militância	2,78% (1)	-	7,69% (1)	3,17% (2)
Interesse pela Antropologia	2,78% (1)	-	7,69% (1)	3,17% (2)
Fácil ingresso	2,78% (1)	-	-	1,59% (1)
Desejo de trabalhar na área	-	7,14% (1)	-	1,59% (1)
Não respondeu	-	7,14% (1)	-	1,59% (1)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

QUESTÃO 10: Você cursou a graduação em que período?

HABILITAÇÃO	PERÍODO DE ESTUDO		Total
	Diurno (totalmente ou maior parte da graduação)	Noturno (totalmente ou maior parte da graduação)	
Bacharelado	44,44% (16)	55,56% (20)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	57,14% (8)	42,86% (6)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)
Total	52,38% (33)	47,62% (30)	100,00% (63)

QUESTÃO 11: Qual sua habilitação no curso de Ciências Sociais?

Habilitação	Nº de egressos	Porcentagem
Bacharelado	36	57,14%
Bacharelado e Licenciatura	14	22,22%
Licenciatura	13	20,63%
Total	63	100,00%

QUESTÃO 12: Por que você escolheu esta habilitação em Ciências Sociais?

ESCOLHA HABILITAÇÃO	HABILITAÇÃO			
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Total
Interesse em pesquisa	36,11% (13)	7,14% (1)	-	22,22% (14)
Não quer dar aula	36,11% (13)	-	-	20,63% (13)
Mercado de trabalho	-	50,00% (7)	38,46% (5)	19,05% (12)
Quer dar aula	-	7,14% (1)	38,46% (5)	9,52% (6)
Interesse em dupla habilitação	-	28,57% (4)	-	6,35% (4)
Mais rápido	8,33% (3)	-	-	4,76% (3)
Interesse pessoal	2,78% (1)	7,14% (1)	-	3,17% (2)
Interesse profissional	5,56% (2)	-	-	3,17% (2)
Mais teoria	5,56% (2)	-	-	3,17% (2)
Outros	5,56% (2)	-	23,08% (3)	7,94% (5)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

QUESTÃO 13: Qual sua avaliação do curso de Ciências Sociais do período em que você o cursou?

HABILITAÇÃO	AVALIAÇÃO DO CURSO				Total
	Ótima	Boa	Regular	Ruim	
Bacharelado	30,56% (11)	61,11% (22)	5,56% (2)	2,78% (1)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	28,57% (4)	71,43% (10)	-	-	100,00% (14)
Licenciatura	23,08% (3)	53,85% (7)	23,08% (3)	-	100,00% (13)
Total	28,57% (18)	61,90% (39)	7,94% (5)	1,59% (1)	100,00% (63)

QUESTÃO 14: Você possui outra graduação?

HABILITAÇÃO	OUTRA GRADUAÇÃO		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	22,22% (8)	77,78% (28)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	7,14% (1)	92,86% (13)	100,00% (14)
Licenciatura	-	100,00% (13)	100,00% (13)
Total	14,29% (9)	85,71% (54)	100,00% (63)

QUESTÃO 15: Se sim, esta outra graduação em relação ao curso de Ciências Sociais é:

HABILITAÇÃO	OUTRA GRADUAÇÃO				Total
	Não tem	Anterior	Concomitante	Posterior	
Bacharelado	77,78% (28)	19,44% (7)	-	2,78% (1)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	92,86% (13)	-	7,14% (1)	-	100,00% (14)
Licenciatura	100,00% (13)	-	-	-	100,00% (13)
Total	85,71% (54)	11,11% (7)	1,59% (1)	1,59% (1)	100,00% (63)

QUESTÃO 16: Se sim, qual sua outra graduação?

BACHARELADO: Odontologia (1 pessoa), Medicina (1 pessoa), Educação Física (1 pessoa), Administração Pública (2 pessoas), Relações Internacionais (1 pessoa), Física (bacharelado, cursando, 1 pessoa), História (1 pessoa).

BACHARELADO E LICENCIATURA: Jornalismo (1 pessoa).

QUESTÃO 17: Você possui pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado)? Se sim, é na área de Ciências Sociais?

HABILITAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO			Total
	Sim	Não	Total	
Bacharelado	50,00% (18)	50,00% (18)	100,00% (36)	
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)	
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)	
Total	60,32% (38)	39,68% (25)	100,00% (63)	

HABILITAÇÃO	ÁREA PÓS-GRADUAÇÃO					Total
	CSO	Ensino	Saúde	Outro	Não respondeu	
Bacharelado	50,00% (9)	11,11% (2)	16,67% (3)	16,67% (3)	5,56% (1)	100,00% (18)
Bacharelado e Licenciatura	63,64% (7)	9,09% (1)	-	9,09% (1)	18,18% (2)	100,00% (11)
Licenciatura	55,56% (5)	-	-	33,33% (3)	11,11% (1)	100,00% (9)
Total	55,26% (21)	7,89% (3)	7,89% (3)	18,42% (7)	10,53% (4)	100,00% (36)

HABILITAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO				Total
	Especialização	Mestrado	Doutorado	Não respondeu	
Bacharelado	11,11% (2)	61,11% (11)	5,56% (1)	22,22% (4)	100,00% (18)
Bacharelado e Licenciatura	9,09% (1)	81,82% (9)	-	9,09% (1)	100,00% (11)
Licenciatura	11,11% (1)	55,56% (5)	22,22% (2)	11,11% (1)	100,00% (9)
Total	10,81% (4)	67,57% (25)	8,11% (3)	13,51% (6)	100,00% (38)

QUESTÃO 18: Qual a sua atividade profissional atual?

ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL	HABILITAÇÃO			
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Total
Estudante	44,44% (16)	42,86% (6)	46,15% (6)	44,44% (28)
Professor	5,56% (2)	35,71% (5)	15,38% (2)	14,29% (9)
Servidor Público	13,89% (5)	-	7,69% (1)	9,52% (6)
Autônomo	5,56% (2)	-	-	3,17% (2)
Escritor	2,78% (1)	-	7,69% (1)	3,17% (2)
Financeiro/Contabilidade	2,78% (1)	-	7,69% (1)	3,17% (2)
Gerente	5,56% (2)	-	-	3,17% (2)
Analista	2,78% (1)	-	-	1,59% (1)
Desempregado	-	7,14% (1)	-	1,59% (1)
Outro	16,67% (6)	14,29% (2)	15,38% (2)	15,87% (10)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

QUESTÃO 19: Você já trabalhou na área de Ciências Sociais?

HABILITAÇÃO	JÁ TRABALHOU NA ÁREA DE CSO		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	38,89% (14)	61,11% (22)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)
Total Geral	53,97% (34)	46,03% (29)	100,00% (63)

QUESTÃO 20: Se sim, qual atividade que você desenvolveu?

ATIVIDADE PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO			Total (34)
	Bacharelado (14)	Bacharelado e Licenciatura (11)	Licenciatura (9)	
Professor Ensino Médio	21,43% (3)	72,73% (8)	33,33% (3)	41,18% (14)
Pesquisador	28,57% (4)	45,45% (5)	55,56% (5)	41,18% (14)
Professor Universitário	21,43% (3)	9,09% (1)	-	11,76% (4)
Consultor	14,29% (2)	-	-	5,88% (2)
Gestor	14,29% (2)	-	11,11% (1)	8,82% (3)
Assessor	14,29% (2)	-	11,11% (1)	8,82% (3)
Outro	21,43% (3)	27,27% (3)	-	17,65% (6)

QUESTÃO 21: Em que tipo de empresa/organização você trabalhou?

EMPREGADOR	HABILITAÇÃO			Total (34)
	Bacharelado (14)	Bacharelado e Licenciatura (11)	Licenciatura (9)	
Ensino Público	42,86% (6)	81,82% (9)	55,56% (5)	58,82% (20)
Pesquisa em órgão público	7,14% (1)	18,18% (2)	33,33% (3)	17,65% (6)
Autônomo/ Freelancer	14,29% (2)	27,27% (3)	11,11% (1)	17,65% (6)
ONG	14,29% (2)	9,09% (1)	-	8,82% (3)
Ensino Privado	7,14% (1)	9,09% (1)	-	5,88% (2)
Pesquisa em empresa privada	7,14% (1)	-	11,11% (1)	5,88% (2)
Sindicato/ Partido Político	7,14% (1)	-	-	2,94% (1)
Outro	35,71% (5)	-	22,22% (2)	20,59% (7)

QUESTÃO 22: Qual a relação de sua carreira profissional com o curso de Ciências Sociais?

HABILITAÇÃO	RELAÇÃO CURSO E CARREIRA PROFISSIONAL				Total
	Alta	Média	Baixa	Nula	
Bacharelado	52,78% (19)	13,89% (5)	19,44% (7)	13,89% (5)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	50,00% (7)	35,71% (5)	7,14% (1)	7,14% (1)	100,00% (14)
Licenciatura	46,15% (6)	23,08% (3)	15,38% (2)	15,38% (2)	100,00% (13)
Total	50,79% (32)	20,63% (13)	15,87% (10)	12,70% (8)	100,00% (63)

QUESTÃO 23: Qual sua faixa salarial tomando o salário mínimo nacional como referência (R\$ 937,00)?

RENDA	HABILITAÇÃO			
	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Total
Não possui renda	13,89% (5)	28,57% (4)	7,69% (1)	15,87% (10)
Até 1 SM	8,33% (3)	7,14% (1)	7,69% (1)	7,94% (5)
De 1 a 2 SM	27,78% (10)	42,86% (6)	38,46% (5)	33,33% (21)
De 2 a 3 SM	13,89% (5)	7,14% (1)	15,38% (2)	12,70% (8)
De 3 a 4 SM	2,78% (1)	-	15,38% (2)	4,76% (3)
De 4 a 5 SM	8,33% (3)	-	7,69% (1)	6,35% (4)
De 5 a 6 SM	11,11% (4)	-	-	6,35% (4)
De 6 a 8 SM	-	14,29% (2)	7,69% (1)	4,76% (3)
De 8 a 10 SM	2,78% (1)	-	-	1,59% (1)
Acima de 10 SM	11,11% (4)	-	-	6,35% (4)
Total	100,00% (36)	100,00% (14)	100,00% (13)	100,00% (63)

QUESTÃO 24: Você encontrou dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho como cientista social?

HABILITAÇÃO	DIFICULDADES MERCADO DE TRABALHO			
	Sim	Não	Não tentei	Total
Bacharelado	30,56% (11)	11,11% (4)	58,33% (21)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	7,14% (1)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	61,54% (11)	-	38,46% (5)	100,00% (13)
Total	47,62% (33)	7,94% (5)	44,44% (28)	100,00% (63)

QUESTÃO 25: Avalie o grau de dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho das Ciências Sociais.

HABILITAÇÃO	DIFICULDADE MERCADO DE TRABALHO						Total
	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa	Nula	
Bacharelado	16,67% (6)	22,22% (8)	11,11% (4)	5,56% (2)	2,78% (1)	41,67% (15)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	42,86% (6)	21,43% (3)	7,14% (1)	14,29% (2)	7,14% (1)	7,14% (1)	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	38,46% (5)	15,38% (2)	-	-	30,77% (4)	100,00% (13)
Total	22,22% (14)	25,40% (16)	11,11% (7)	6,35% (4)	3,17% (2)	31,75% (20)	100,00% (63)

QUESTÃO 26: Você possui registro profissional de sociólogo (DRT)?

A única pessoa que respondeu positivamente é formada em bacharelado e licenciatura.

QUESTÃO 27: Você está vinculado a alguma associação representativa de classe das Ciências Sociais (Anpocs, SBS, ABA, ABECS, etc)?

HABILITAÇÃO	ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	11,11% (4)	88,89% (32)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	7,14% (1)	92,86% (13)	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	84,62% (11)	100,00% (13)
Total	11,11% (7)	88,89% (56)	100,00% (63)

QUESTÃO 28: Se sim, qual?

BACHARELADO: ANPOCS (2 pessoas), ABA (1 pessoa), ABCP (1 pessoa).

BACHARELADO E LICENCIATURA: ABECS (1 pessoa).

LICENCIATURA: ABA (1 pessoa), ABCP (1 pessoa).

QUESTÃO 29: Sobre a sua fonte de renda durante a graduação, o auxílio que você recebeu dos pais/familiares foi:

HABILITAÇÃO	RENDA ORIUNDA DE FAMILIARES			
	Não recebeu auxílio	Renda parcial	Renda total	Total
Bacharelado	33,33% (12)	50,00% (18)	16,67% (6)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	28,57% (4)	57,14% (8)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	61,54% (8)	23,08% (3)	100,00% (13)
Total	28,57% (18)	53,97% (34)	17,46% (11)	100,00% (63)

QUESTÃO 30: Você teve emprego estável durante a graduação?

HABILITAÇÃO	EMPREGO ESTÁVEL		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	50,00% (18)	50,00% (18)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	35,71% (5)	64,29% (9)	100,00% (14)
Licenciatura	30,77% (4)	69,23% (9)	100,00% (13)
Total	42,86% (27)	57,14% (36)	100,00% (63)

QUESTÃO 31: Você teve emprego temporário (freelancer) durante a graduação?

HABILITAÇÃO	EMPREGO TEMPORÁRIO		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	55,56% (20)	44,44% (16)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	78,57% (11)	21,43% (3)	100,00% (14)
Licenciatura	61,54% (8)	38,46% (5)	100,00% (13)
Total	61,90% (39)	38,10% (24)	100,00% (63)

QUESTÃO 32: Você teve alguma bolsa PIBIC, PIBID ou monitoria durante a graduação?

HABILITAÇÃO	PIBIC, PIBID ou monitoria		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	44,44% (16)	55,56% (20)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	85,71% (12)	14,29% (2)	100,00% (14)
Licenciatura	61,54% (8)	38,46% (5)	100,00% (13)
Total	57,14% (36)	42,86% (27)	100,00% (63)

QUESTÃO 33: Você teve alguma bolsa de auxílio moradia, auxílio permanência ou estágio não-obrigatório?

HABILITAÇÃO	Bolsa de auxílio moradia, auxílio permanência ou estágio não-obrigatório		
	Não	Sim	Total
Bacharelado	72,22% (26)	27,78% (10)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	28,57% (4)	71,43% (10)	100,00% (14)
Licenciatura	69,23% (9)	30,77% (4)	100,00% (13)
Total	61,90% (39)	38,10% (24)	100,00% (63)

QUESTÃO 34: Você participou de algum PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)? Por quê? Se sim, por quanto tempo?

HABILITAÇÃO	PIBIC		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	36,11% (13)	63,89% (23)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	57,14% (8)	42,86% (6)	100,00% (14)
Licenciatura	38,46% (5)	61,54% (8)	100,00% (13)
Total	41,27% (26)	58,73% (37)	100,00% (63)

QUESTÃO 35: Você participou do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência)? Por quê? Se sim, por quanto tempo?

HABILITAÇÃO	PIBID		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	2,78% (1)	97,22% (35)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	14,29% (2)	85,71% (12)	100,00% (14)
Licenciatura	15,38% (2)	84,62% (11)	100,00% (13)
Total	7,94% (5)	92,06% (58)	100,00% (63)

QUESTÃO 36: Houve incentivos durante a graduação (familiares, amigos professores, universidade, etc) para fazer bacharelado? Se sim, quais?

HABILITAÇÃO	INCENTIVO BACHARELADO			
	Sim	Não	Não respondeu	Total
Bacharelado	27,78% (10)	66,67% (24)	5,56% (2)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	57,14% (8)	42,86% (6)	-	100,00% (14)
Licenciatura	38,46% (5)	61,54% (8)	-	100,00% (13)
Total	36,51% (23)	60,32% (38)	3,17% (2)	100,00% (63)

QUESTÃO 37: Houve incentivos durante a graduação (familiares, amigos professores, universidade, etc) para fazer licenciatura? Se sim, qual?

HABILITAÇÃO	INCENTIVO LICENCIATURA		
	Sim	Não	Total
Bacharelado	25,00% (9)	75,00% (27)	100,00% (36)
Bacharelado e Licenciatura	71,43% (10)	28,57% (4)	100,00% (14)
Licenciatura	46,15% (6)	53,85% (7)	100,00% (13)
Total	39,68% (25)	60,32% (38)	100,00% (63)